

AGENDA REGIONAL DO MAR
Plano de Acção “Mar”

Pacto Regional para a Competitividade da Região do Norte de Portugal



NORTE2015

Pacto Regional para
a Competitividade
Agendas Temáticas

Consensualizada a estratégia de desenvolvimento regional NORTE 2015, a CCDR-N e o seu Conselho Regional têm vindo a promover o "Pacto Regional para a Competitividade do Norte de Portugal", através da dinamização de um conjunto de "Agendas Temáticas" consideradas prioritárias.

Desta segunda fase da iniciativa NORTE 2015 resultarão "Planos de Acção" plurianuais, que pretendem constituir um referencial central para o investimento público e privado ao nível regional, designadamente, do que será candidatado ao financiamento do Programa Operacional Regional do Norte (ON.2 – O Novo Norte), dos Programas Operacionais Temáticos do Quadro de Referência Estratégico Nacional e de outros instrumentos financeiros nacionais ou comunitários.

O desenvolvimento das Agendas Prioritárias do NORTE 2015 segue uma abordagem organizada e amplamente participada pelos principais actores institucionais da Região do Norte e do país, criando-se, por esta via, as condições de base para se proceder à sua adequada implementação, seguimento e avaliação.

Nesta edição, apresenta-se o Plano de Acção "Mar" (Agenda Temática do Mar).

Saiba mais em www.norte2015.com.pt



AGENDA REGIONAL DO MAR

Plano de Acção “Mar” 2007-2013

Pacto Regional para a Competitividade
da Região do Norte de Portugal

Ficha técnica

TÍTULO

Plano de Acção “MAR” 2007-2013

EDIÇÃO

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N)

Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional

COORDENAÇÃO GERAL

Pacto Regional para a Competitividade da Região do Norte

Paulo Gomes (Vice-Presidente da CCDR-N)

Júlio Pereira (Director de Serviços de Desenvolvimento Regional/CCDR-N)

APOIO TÉCNICO À COORDENAÇÃO GERAL

Mário Neves (CCDR-N)

Nuno Casimiro (CCDR-N)

Tânia Braga (CCDR-N)

EQUIPA TÉCNICA

Coordenador

Rui Azevedo (Perito Coordenador responsável pelo Plano de Plano de Acção “MAR” 2007-2013)

Apoio ao Coordenador

João Coimbra (Centro de Investigação Marinha e Ambiental)

Frederico Ferreira (Instituto para o Desenvolvimento do Conhecimento e da Economia do Mar)

ACOMPANHAMENTO

Participação Comité de Pilotagem: CCDR-N – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte; DRE-Norte – Direcção Regional de Economia do Norte; ADETURN – Associação para o Desenvolvimento do Turismo na Região do Norte; ARH – Administração dos Recursos Hídricos; IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional; APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões; EMAM – Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar; DRPA-N – Direcção Regional das Pescas e Agricultura do Norte; Universidade do Porto; Universidade de Aveiro

Participação Comissão de Acompanhamento: CCDR-N – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte; Presidente do Conselho Regional; 3B’s Research Group – Universidade do Minho; ADETURN – Associação para o Desenvolvimento do Turismo na Região do Norte; ANAQUA – Associação Portuguesa de Aquicultores; ANICP – Associação Nacional dos Industriais de Conservas de Peixe; APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões; ARH – Administração da Região Hidrográfica do Norte; ARNPD – Associação Regional do Norte de Pesca Desportiva; Associação de Aquicultores de Portugal; Associação Intercéltica – Projecto NEA “Nautisme Espace Atlantique”; Associação Regional de Vela do Norte; CCIGE – Centro de

Investigação em Ciências Geo – Espaciais; CEHRA – Centro de Hidráulica, Recursos Hídricos e Ambiente; CESAM – Centro de Estudos do Ambiente e do Mar; CIBIO – Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos; CIIMAR – Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental; Clube de Vela Atlântico; Clube Naval de Leça; Clube Naval Povoense; CRIP Norte do IPIMAR; Direcção Geral das Pescas e Aquicultura; DOCAPESCA da Póvoa de Varzim; DOCAPESCA de Matosinhos; DOCAPESCA de Viana do Castelo; Douro Azul Turismo, Lda; DRAP – Norte – Direcção Regional e Agricultura e Pescas do Norte; DRE-NORTE – Direcção Regional da Economia do Norte; Escola Superior de Biotecnologia da Universidade do Porto; Estaleiros Navais de Viana do Castelo; Estaleiros Navais Postiga & Feiteira, Lda; Estaleiros Samuel & Filhos, Lda; Estrutura de Missão para Assuntos do Mar; INEGI – Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial; Instituto do Emprego e Formação Profissional – IEFP Delegação do Norte; ISR – Instituto de Sistemas e Robótica Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto; LSRE – Laboratório de Processos de Separação e Reacção; MARIBÉRICA – Sociedade de Produtos Alimentares, SA; PROPEIXE – Cooperativa de Produtores de Peixe do Norte, CRL; RAMIREZ & Ca (Filhos) SA; Representante NUT III Grande Porto na CA do PO Norte; Representante NUT III Minho/Lima na CA do PO Norte; Representante NUT III Vale do Cávado na CA do PO Norte; Valimar; SANAMAR – Comércio, Importação e Exportação de Produtos Alimentares, Lda; SOCRENAVAL – Sociedade de Querenagem e Construção Naval do Rio Douro, Lda; SOUNETE – Fábrica de Aprestos Metálicos, Lda; Universidade de Aveiro; Universidade do Porto; VIANAPESCA – Organização de Produtores de Peixe de Viana do Castelo, CRL.

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Gabinete de Marketing e Comunicação da CCDR-N

DESIGN E PAGINAÇÃO

Furtacores Design e Comunicação

PRODUÇÃO

Litografia Coimbra, S.A.

ISBN

978-972-734-275-4

DEPÓSITO LEGAL

290020/09

DATA

Fevereiro.2009

CO-FINANCIAMENTO

União Europeia

Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

AGRADECIMENTOS

Agradece-se a todos aqueles que contribuíram com comentários e sugestões para a produção do Plano de Acção “Mar”, em especial ao Prof. João Coimbra (CIMAR), Eng.º Frederico Ferreira (IDCEM), Eng.º Mário Neves (CCDR-N), Dr. Nuno Casimiro (CCDR-N) e Dr.ª Tânia Braga (CCDR-N) pela produção de alguns contributos para o Plano e pela facilitação do conjunto de reuniões realizadas com os actores regionais.

Nota de Abertura

O Mar adquiriu nos tempos recentes uma posição de destaque nas agendas políticas da Europa e do País: a nível europeu a Comissão Europeia lançou um trabalho de fundo com a preparação do Livro Verde sobre o Mar que veio a culminar na elaboração da Estratégia Marítima Europeia e de um Plano de Acção; a nível nacional e na sequência de trabalhos anteriormente desenvolvidos pela Comissão Nacional para os Oceanos foi formulada uma Política Nacional para o Mar.

Este destaque político concedido ao Mar é o reconhecimento do seu valor estratégico em diferentes dimensões, económica, ambiental, cultural, de segurança, de investigação, de lazer.

O Mar e as zonas costeiras constituem espaços sensíveis, sujeitos a diferentes usos e pressões, que colocam à gestão desafios complexos e exigentes no sentido da salvaguarda da sustentabilidade e da conciliação de interesses entre actores. A governação dos assuntos do Mar é por isso matéria central que exige grande coordenação de políticas e uma abordagem cooperativa entre diferentes níveis de poder em que as regiões, pela sua proximidade aos problemas, têm um papel relevante a desempenhar.

A Região do Norte tem uma forte ligação ao Mar que lhe vem do passado – a expansão marítima e os descobrimentos, a pesca do bacalhau, o comércio marítimo – e se projecta no presente – a pesca, a conservação e transformação do pescado, as indústrias marítimas, o transporte marítimo a actividade portuária e a logística, o turismo, actividades emergentes baseadas no conhecimento e nas tecnologias marinhas e marítimas que a presença de um conjunto de laboratórios e centros de I&D presentes na Região asseguram.

No seguimento de participações anteriores em projectos de âmbito internacional, nomeadamente no projecto “*Europe of*

the Sea” promovido pela Conferência das Regiões Periféricas Marítimas da Europa (CRPM) tendo em vista a produção de contributos para a elaboração da Estratégia Marítima Europeia, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) decidiu destacar o tema Mar no conjunto das temáticas centrais que compõem o seu Plano de Desenvolvimento Regional. O Mar constitui assim um espaço de aposta para o futuro. Esta opção marca uma nova ambição com que a Região aborda o tema Mar que se consubstancia na estratégia de desenvolvimento integrado que o presente Plano de Acção – Agenda do Mar – corporiza.

O presente documento – inserido no conjunto das Agendas Temáticas NORTE 2015 – constitui um referencial para o desenvolvimento da temática Mar na Região do Norte. A sua elaboração assentou num processo aberto à participação de um alargado leque de actores – de âmbito regional e nacional – e já contribuiu para a emergência de um conjunto de projectos e de acções que se encontram em fase de candidatura a diferentes instrumentos do QREN. O Plano de Acção constitui também um referencial fundamental para suportar a cooperação inter-regional, nomeadamente com as Regiões do Centro de Portugal – no lançamento do *Cluster* “Conhecimento e Economia do Mar” –, com a Galiza e com outras regiões do Espaço Atlântico, no âmbito dos programas de cooperação transfronteiriça (Programa Operacional de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal 2007-2013) e interregional (Programa de Cooperação do Espaço Atlântico).

CARLOS LAGE

Presidente da CCDR-N





Índice Geral

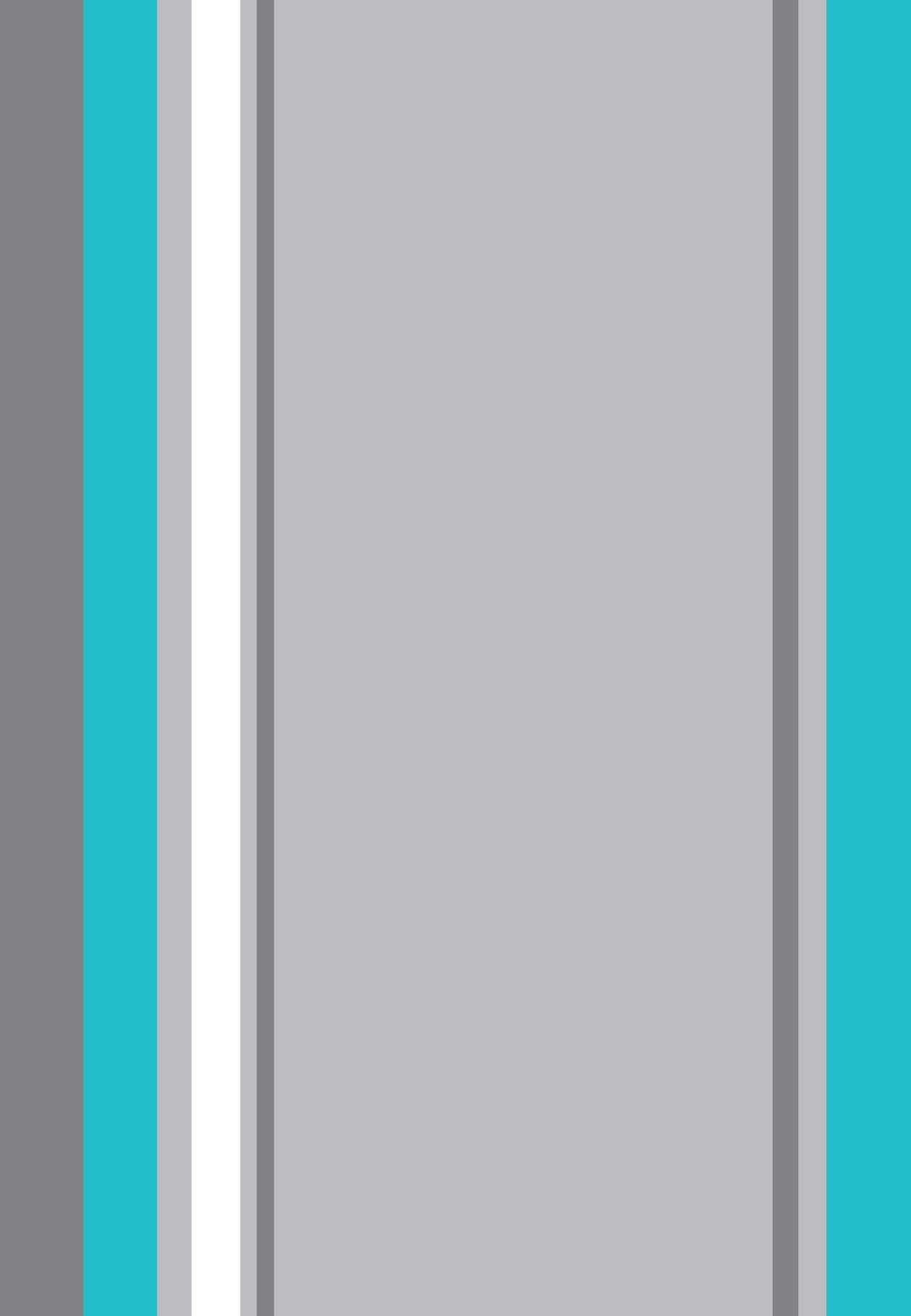
1 APRESENTAÇÃO	11
<hr/>	
2 A RAZÃO DE SER DE UM PLANO DE ACÇÃO PARA O MAR	15
<hr/>	
3 ENQUADRAMENTO EUROPEU E NACIONAL	21
<hr/>	
4 CARACTERIZAÇÃO GERAL E DIAGNÓSTICO SÍNTESE	29
4.1 Âmbito	30
4.2 Principais actividades económicas e de I&D	34
4.3 Diagnóstico síntese	43
<hr/>	
5 LINHAS ESTRATÉGICAS DE DESENVOLVIMENTO	49
5.1 Princípios	50
5.2 Objectivos	52
5.3 Linhas estratégicas de desenvolvimento	54
5.4 Condições de pertinência dos projectos	73
5.5 Visão sinóptica dos instrumentos financeiros disponíveis	75
<hr/>	
6 MODELO DE GOVERNAÇÃO	81
<hr/>	
ANEXOS	88
I – Elementos de caracterização económica de alguns sectores e actividades da economia marítima da Região.	88
<hr/>	
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	108
<hr/>	

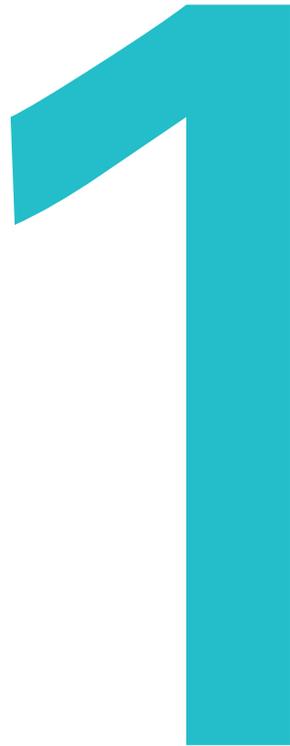
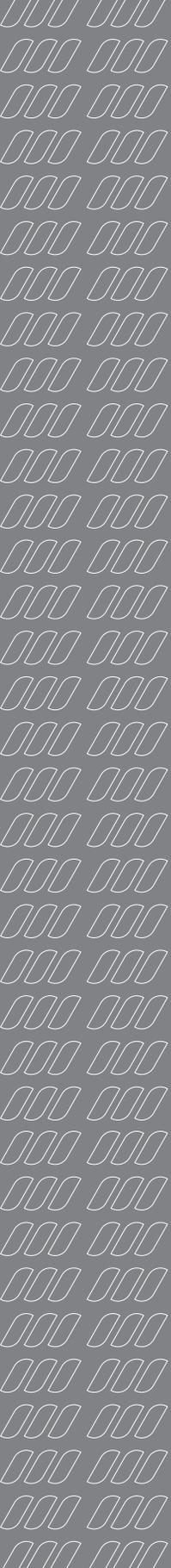
Índice de Figuras

FIGURA 1	Diagrama do <i>Cluster</i> do Conhecimento e Economia do Mar	63
----------	--	----

Índice de Tabelas

TABELA 1	Classificação das Actividades Económicas	32
TABELA 2	Matriz SWOT do Mar na Região do Norte	43
TABELA 3	Visão sinóptica dos instrumentos financeiros disponíveis	75
TABELA 4	Composição do Comité de Pilotagem	84
TABELA 5	Composição do Conselho Regional para o Mar	86





Apresentação

1. Apresentação

O presente documento constitui o Plano de Acção “Mar” e inscreve-se no âmbito da iniciativa tomada pela CCDR-N de preparação de um conjunto de programas temáticos orientadores das intervenções a realizar na Região no período de programação 2007-2013, com o apoio dos Fundos Estruturais Comunitários.

O Plano de Acção “Mar” integra um conjunto de linhas de orientação estratégica que constituem um referencial de enquadramento para a acção dos diferentes actores que intervêm neste domínio. O tema Mar abrange uma grande diversidade de matérias e possui elevada transversalidade, o que nem sempre facilita a necessária articulação e a coordenação de interesses e de intervenções entre as partes em presença. A formulação deste Plano de Acção corporiza uma nova abordagem ao Mar, de natureza sistémica e marca uma nova ambição de desenvolvimento que se traduz, nomeadamente, no estímulo à emergência de novas ideias e de novos projectos com carácter inovador e sustentável, assentes na acção concertada e coordenada dos actores regionais relevantes – empresas, centros de I&D,

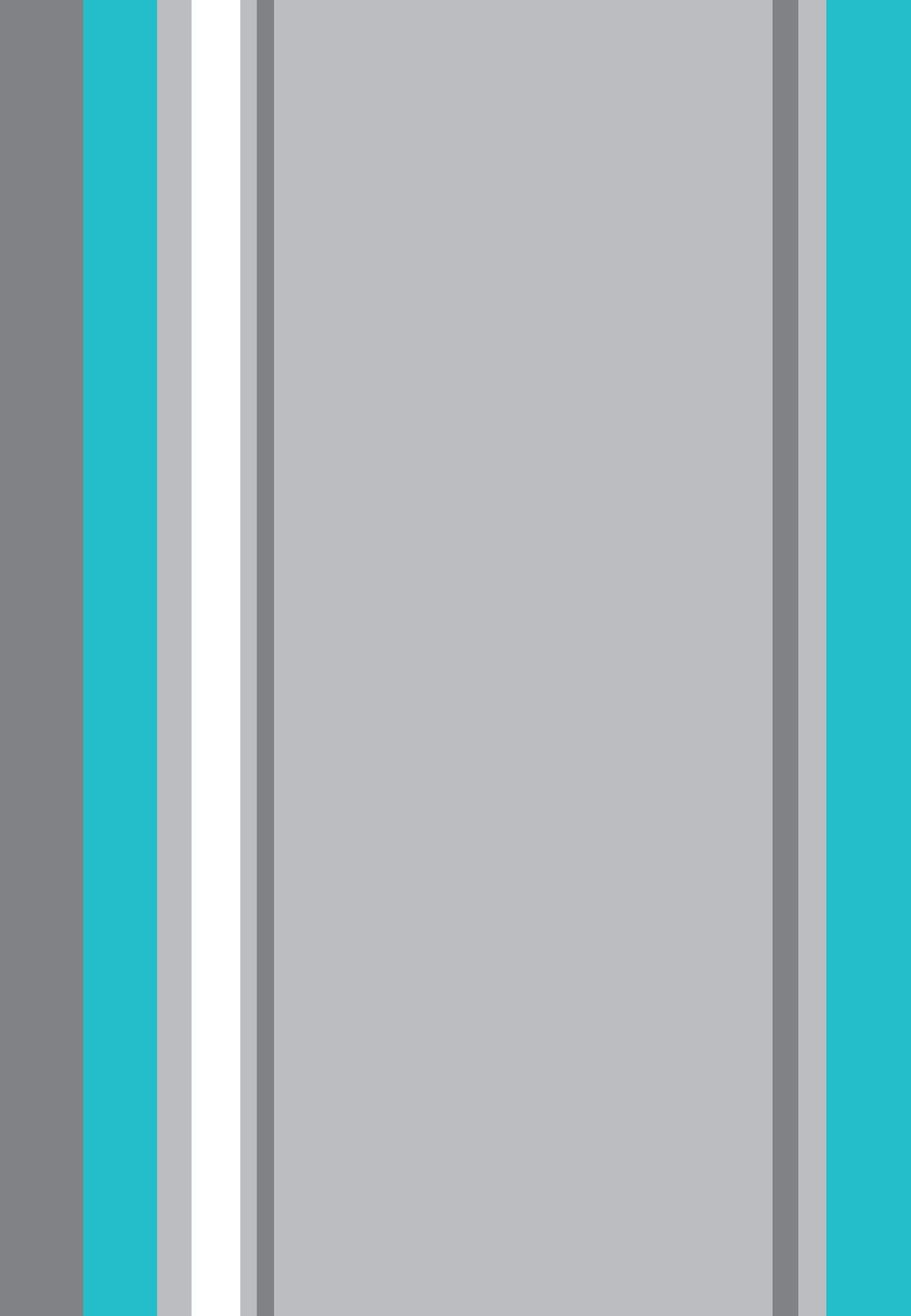
poderes públicos e entidades do sector associativo.

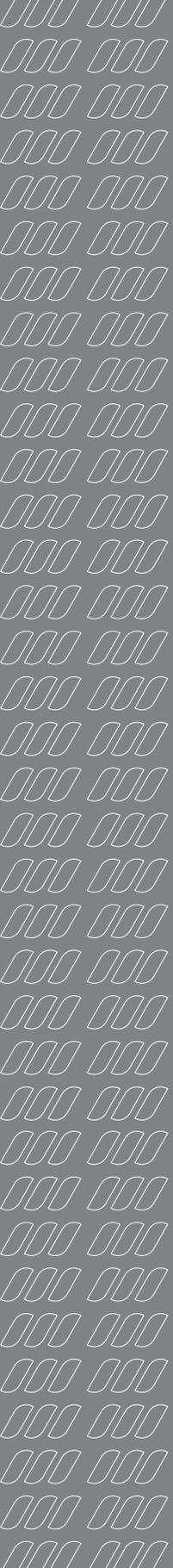
Para a concretização do Plano de Acção proposto concorrem diferentes instrumentos de apoio financeiro previstos nos Programas Operacionais Temáticos, no Programa Operacional Regional do Norte e ainda em programas mais específicos como o PROMAR (Programa Operacional Pesca 2007-2013), o Programa de Cooperação Transfronteiriça entre Portugal e Espanha e o Programa de Cooperação Transnacional do Espaço Atlântico, de acordo com os objectivos e prioridades que cada um prossegue. A CCDR-N tem levado a cabo um conjunto de iniciativas de apresentação da sua estratégia regional para o Mar junto das instituições nacionais e regionais da Administração Portuguesa e da Junta da Galiza no sentido de sensibilizar as partes para os objectivos e as linhas estratégicas de intervenção propostas no presente Plano.

O apoio a eventuais projectos e acções enquadrados no âmbito do Plano de Acção não dispensa a sua submissão, em candidatura, aos respectivos Programas Operacionais de enquadramento.

A referência que se faz no documento a algumas ideias de projecto é meramente ilustrativa de possíveis acções estruturantes a desenvolver no âmbito de cada uma das linhas estratégicas propostas.

Não representa qualquer compromisso de financiamento nem dispensa a submissão, em sede própria, da respectiva candidatura.





2

A razão de ser de
um Plano de
Acção para o Mar

2. A razão de ser de um Plano de Acção para o Mar

Porquê um Plano de Acção para o Mar?

Portugal e a Região possuem uma ligação forte ao Mar. Ela é histórica e cultural, tem uma dimensão económica e social e tem evoluído ao longo dos anos: o Mar como espaço de descoberta, o Mar como espaço de trabalho e de negócio e mais recentemente, o Mar como espaço de lazer.

Na actualidade estas três grandes funções coexistem. O Mar continua a ser um importante espaço de descoberta, sobretudo no que respeita ao conhecimento da biodiversidade e ao seu potencial aproveitamento com aplicação em campos diversificados nomeadamente na saúde, o Mar continua a ser um espaço de trabalho e de negócio em torno de actividades emergentes e tradicionais como as indústrias navais e o transporte marítimo, o Mar assume também, nos nossos dias, uma função importante no lazer através, nomeadamente, do desenvolvimento de actividades de turismo balnear, da náutica de recreio, da talassoterapia, do turismo de cruzeiros. A co-

existência de diferentes usos, a conciliação de interesses nem sempre convergentes, as pressões que se fazem sentir sobre os ecossistemas costeiros, as possibilidades de empreendimento e de desenvolvimento da economia marítima ainda insuficientemente aproveitadas dirigidas quer à modernização e à inovação de actividades tradicionais quer ao aproveitamento de novos usos do Mar, colocam a necessidade de uma intervenção coordenada envolvendo os diferentes poderes privados e públicos em favor do desenvolvimento sustentável dos mares, dos oceanos e dos litorais.

A relevância da criação de um Plano de Acção “Mar” tem pleno acolhimento no contexto comunitário e nacional favorável ao desenvolvimento de estratégias regionais para o Mar e ao desenvolvimento da cooperação. O estabelecimento da Estratégia Marítima Europeia e a existência da Estratégia Nacional para o Mar criaram um contexto favorável ao desenvolvimento de abordagens globais e integradas à temática, oportunidade que a CCDR-N e os actores regionais

souberam identificar e aproveitar através da formulação do presente Plano de Acção.

O Plano de Acção “Mar” dá também cobertura ao desenvolvimento de um conjunto de dinâmicas de cooperação transfronteiriça e inter-regional, com a Região da Galiza e com outras Regiões Atlânticas, através do desenvolvimento de projectos em cooperação de que são exemplo o Observatório do Meio Marinho entre o Norte de Portugal e a Galiza, candidatado em sede do Programa de Cooperação Transfronteiriça Espanha-Portugal (POCTEP), e de projectos de cooperação nos domínios do transporte marítimo, do turismo de cruzeiros, da gestão de zonas costeiras, entre outros, oportunamente candidatados ao Programa de Cooperação do Espaço Atlântico.

O Plano de Acção “Mar” estimula também o alargamento da dinâmica de cooperação a outras regiões vizinhas como a Região Centro de Portugal, favorecendo o desenvolvimento de condições de complementaridade e de escala indispensáveis à afirmação internacional do Noroeste Peninsular no domínio do Mar.

Em síntese, a preparação de um Plano de Acção no domínio do Mar justifica-se, assim, por um conjunto de razões de que se destacam as seguintes:

> A existência de uma zona costeira extensa e rica, onde se concentra a maior

parte da população e da actividade económica da Região, marcada pela existência de vários estuários de elevado valor ambiental, paisagístico e económico que urge valorizar em condições de sustentabilidade;

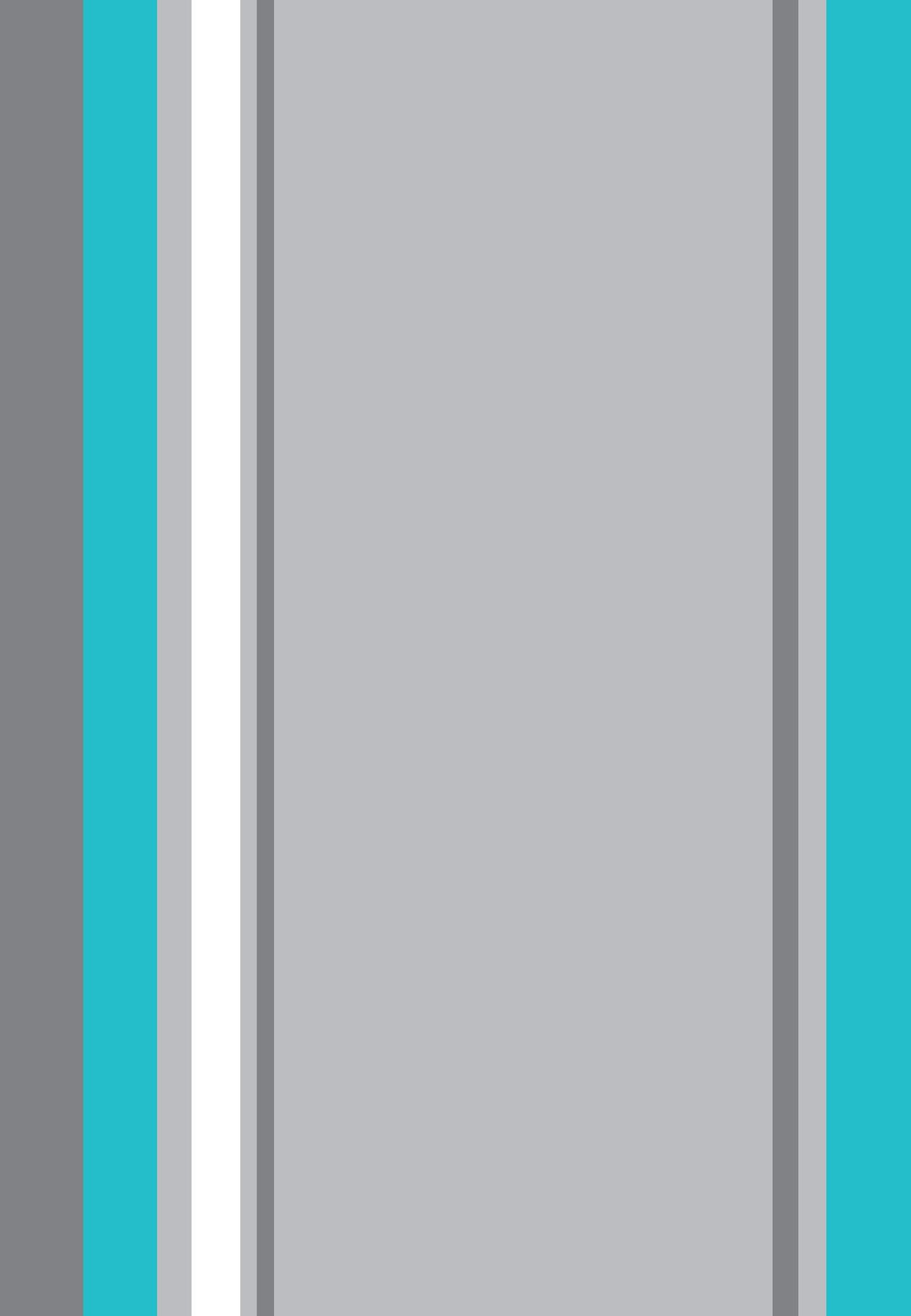
> Permite uma aproximação global e coordenada das actividades e saberes que integram a temática Mar bem como o desenvolvimento de relações de complementaridade e a produção de efeitos de sinergia favoráveis ao desenvolvimento da Região. Destaca-se, deste ponto de vista, a necessidade de desenvolver uma abordagem coordenada dentro e entre as dimensões económica (infra-estruturas portuárias e transportes marítimos, construção e reparação naval, pesca e aquicultura, turismo, náutica de recreio,...), ambiental (preservação e valorização da orla costeira), sócio-cultural (diversificação de actividades, promoção da formação e do emprego nas comunidades piscatórias, valorização do património e das identidades marítimas) e científica (I&D marinha);

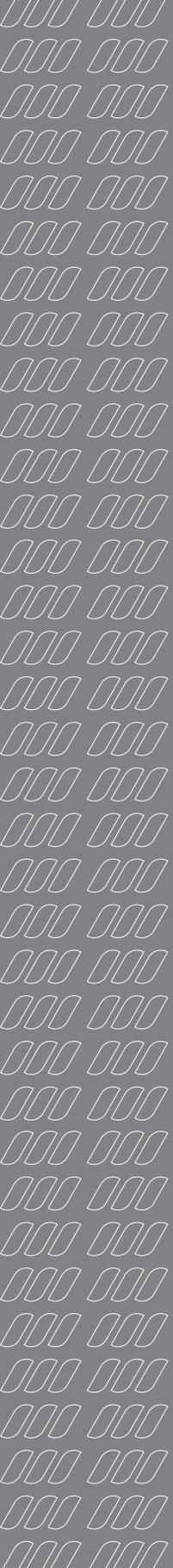
> Permite desenvolver as estratégias adequadas e a sua coordenação no sentido da adaptação da Região aos efeitos das alterações climáticas em curso;

> Constitui uma oportunidade para parar ou diminuir a tendência de perda de biodiversidade que caracteriza a evolução dos ecossistemas marinhos;

- > Favorece o aproveitamento do potencial que algumas actividades ligadas ao Mar apresentam enquanto espaços de empreendimento, de inovação, de criação de riqueza e de emprego qualificado, que importa estimular do ponto de vista do reforço da competitividade e do emprego da Região;
- > Contribui, através da iniciativa regional e das articulações possíveis com outras Regiões Portuguesas e com a Estrutura de Missão para o Mar, para a consecução da estratégia nacional para os oceanos, favorecendo a criação de escala e o desenvolvimento de complementaridades indispensáveis à consecução dessa estratégia;
- > Contribui para o desenvolvimento da Estratégia Marítima Europeia através da assunção, no plano regional, do conjunto de princípios e de orientações que enquadram essa estratégia;
- > Reforça o papel da Região nos programas de cooperação transfronteiriça com a Galiza e de cooperação transnacional no âmbito do Espaço Atlântico, programas em que a dimensão marítima ocupa uma posição relevante;
- > Contribui para a sensibilização da população em geral e especialmente dos jovens para a temática Mar;
- > Aproveita a oportunidade que a existência de um novo período de programação de fundos estruturais entre 2007 e 2013 representa do ponto de vista da disponibilização de recursos para o lançamento de iniciativas e de investimentos necessários ao desenvolvimento deste domínio de intervenção.







3

Enquadramento
Europeu e Nacional

3. Enquadramento Europeu e Nacional

O tema Mar tem uma natureza transversal, relaciona-se com um conjunto diverso de temas e de políticas. Por outro lado, a sua dimensão e complexida-

de exige uma abordagem multiescalar, assente na articulação entre os vários níveis de administração – europeu, nacional e regional/local.

O Plano de Acção “Mar” não pode, assim, deixar de considerar, na sua elaboração e desenvolvimento, um conjunto de referenciais estratégicos de âmbito europeu e nacional. Destacam-se, em síntese, os seguintes:

a) A Agenda de Lisboa

A Agenda de Lisboa, criada em 2000 e relançada em 2005, tem como principais objectivos o aumento da competitividade, do crescimento económico e do emprego na União Europeia (UE), no contexto da economia global, em condições de sustentabilidade. Destaca, para esse efeito, o papel do conhecimento, da inovação e da capacidade de empreendimento. O Plano de Acção “Mar” inscreve-se directamente no âmbito dos objectivos da Agenda de Lisboa ao privilegiar, nas suas linhas estratégicas, o apoio ao desenvolvimento, o apoio ao desenvolvimento de um conjunto de actividades económicas relacionadas com o Mar, o reforço da capacidade de empreendimento, a formação, a investigação e a inovação marinha.

b) A Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável

O Conselho Europeu de Gotemburgo, realizado em 2001, aprovou a Estratégia Europeia para o Desenvolvimento Sustentável que estabelece um conjunto de objectivos ambientais em domínios como as alterações climáticas, transportes, saúde pública, gestão de recursos naturais. A Estratégia Europeia para o Desenvolvimento Sustentá-

vel completa os objectivos da Agenda de Lisboa do ano 2000, introduzindo, além dos pilares económico e social, um terceiro pilar, dedicado à sustentabilidade ambiental.

Estas orientações da Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável foram posteriormente acolhidas, ao nível nacional, em sede da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável. O Plano de Acção “Mar” contribui para a construção de um modelo de desenvolvimento sustentável, ao privilegiar, nas suas linhas estratégicas, um conjunto de objectivos relacionados com a gestão dos recursos naturais e com a promoção da sustentabilidade ambiental das actividades relacionadas com a Economia do Mar.

c) A Política Europeia de Transportes

A política europeia de transportes estabelece que o transporte marítimo e fluvial constitui uma alternativa ao transporte terrestre, pelo seu contributo para a resolução de um conjunto de estrangulamentos colocados pelo congestionamento do tráfego rodoviário e por barreiras naturais. O desenvolvimento do transporte marítimo, pelo aumento de capacidade e diminuição dos impactos ambientais, constitui uma resposta efectiva ao crescimento do comércio mundial. Neste contexto, a modernização das estruturas portuárias, o desenvolvimento das auto-estradas do Mar, o reforço da inter-modalidade e da logística constituem objectivos importantes para o reequilíbrio e a complementaridade entre os diferentes modos de transporte. O Plano de Acção “Mar”, ao integrar uma linha de acção em favor do desenvolvimento do transporte marítimo e da segurança marítima, contribui para os objectivos da política europeia de transportes.

d) A Estratégia Europeia para a Gestão integrada das Zonas Costeiras

As zonas costeiras possuem uma grande importância do ponto de vista ambiental, económico e sócio-cultural. O reconhecimento desta importância, associada à conflitualidade potencial que se coloca entre alguns dos usos e à degradação contínua das zonas costeiras levou à elaboração de uma recomendação do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à implementação de uma Gestão Integrada das Zonas Costeiras (GIZC) da Europa. Neste quadro, os Estados-Membro foram convidados a elaborar estratégias nacionais para a GIZC. Uma avaliação do ano de 2006 mostra que apenas uma parte do conjunto dos Estados avançou com a elaboração das ditas estratégias.

A GIZC constitui um domínio prioritário de intervenção no sentido da preservação e valorização dos potenciais ambientais, naturais e paisagísticos e do seu aproveitamento económico em condições de sustentabilidade e da adaptação das zonas costeiras a situações de risco, nomeadamente as decorrentes dos efeitos das alterações climáticas. O Plano de Acção “Mar”, consciente da relevância do tema, integra-o no âmbito das suas linhas estratégicas de intervenção e desenvolve-o de acordo com os princípios estabelecidos ao nível nacional pelas “Bases para a Gestão Integrada das Zonas Costeiras”.

e) A Directiva Europeia sobre Água

A Directiva Europeia sobre a Água estabelece um conjunto de orientações sobre a protecção da água, nomeadamente das bacias hidrográficas e das águas costeiras, nos estuários e nos golfos, de forma a salvaguardar os respectivos ecossistemas. Há uma relação forte entre a qualidade das águas costeiras e a qualidade da água das bacias hidrográficas. Uma parte substancial da poluição costeira tem origem em terra pelo que a qualidade da água do mar depende da capacidade de implementar uma gestão integrada do recurso. O Plano de Acção “Mar” tem presente, no âmbito das suas linhas de orientação, essa preocupação, designadamente através da Linha de Acção sobre a Gestão Integrada das Zonas Costeiras.

f) A Política Comum das Pescas

A Política Comum das Pescas tem por objectivo principal aumentar a viabilidade a médio e a longo prazo do sector das pescas através da exploração sustentável dos recursos marinhos. O Plano de Acção “Mar” contribui para este objectivo europeu e para o Plano Estratégico Nacional para a Pesca 2007-2013 ao propor, nomeadamente, numa das suas linhas de acção, a promoção da aquicultura sustentável de forma a diversificar as origens de abastecimento de pescado, diminuindo o esforço de pesca.

g) A Estratégia para o Meio Marinho

A estratégia europeia para o meio marinho proposta pela Comissão Europeia, no seguimento do sexto Programa de Acção sobre o Ambiente, tem por objectivo a protecção dos recursos marinhos e a melhoria da água do Mar da UE até ao ano 2021. A con-

secução de tal objectivo leva ao desenvolvimento de um conjunto de iniciativas com vista ao aprofundamento do conhecimento dos diferentes ecossistemas marinhos, da sua monitorização e preservação. Este é um campo relevante para a investigação marinha, que deve ser aprofundado, nomeadamente, com o apoio dos programa-quadro de I&D. O Plano de Acção "Mar" acolhe esta orientação geral, nomeadamente no que concerne o desenvolvimento de actividades de I&D dirigidas à preservação e valorização dos recursos marinhos.

h) A Estratégia Marítima Europeia e a Estratégia Nacional para o Mar

Em Junho de 2006, a Comissão Europeia adoptou o Livro Verde do Mar que estabelece as grandes linhas de orientação da política marítima europeia. Recentemente, em Outubro de 2007, a Comissão propôs uma Estratégia Marítima Europeia e um plano de acção para a sua implementação. A política marítima europeia privilegia uma abordagem global e integrada dos assuntos do Mar, através da melhor coordenação entre diferentes domínios relacionados com a vida marítima, nomeadamente o ambiente, os transportes e infra-estruturas portuárias, a pesca, a I&D, a indústria naval, a segurança, as condições de exercício da actividade profissional a bordo dos navios.

A estratégia nacional para o Mar inscreve-se nesta perspectiva europeia de valorização da actividade marítima e do seu contributo para o desenvolvimento do País. O Plano de Acção "Mar" propõe-se contribuir para a aplicação, no plano regional, das orientações comunitárias e nacionais sobre a matéria ao estabelecer um conjunto de linhas prioritárias de acção que tocam, no essencial, os principais domínios previstos nas referidas estratégias.

i) Política Portuária Europeia

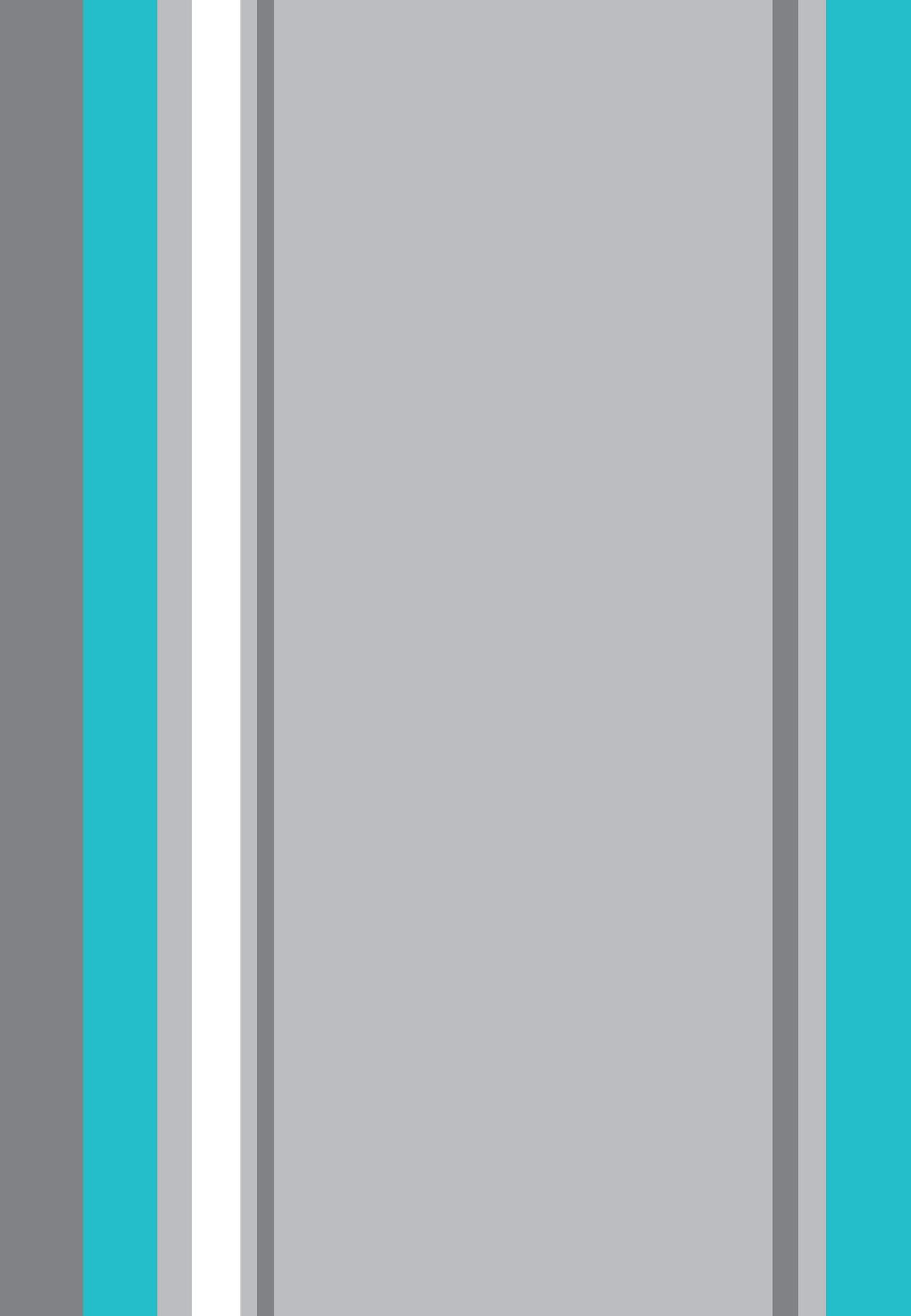
Em Outubro de 2007, a Comissão Europeia, em linha com o proposto no âmbito da Estratégia Marítima Europeia, produziu uma Comunicação¹ em favor de uma política portuária europeia com o objectivo de preparar os portos europeus para o conjunto de desafios que se colocam no futuro, nomeadamente os relacionados com o aumento da procura, a evolução tecnológica, a necessidade de diminuir a emissão de gases

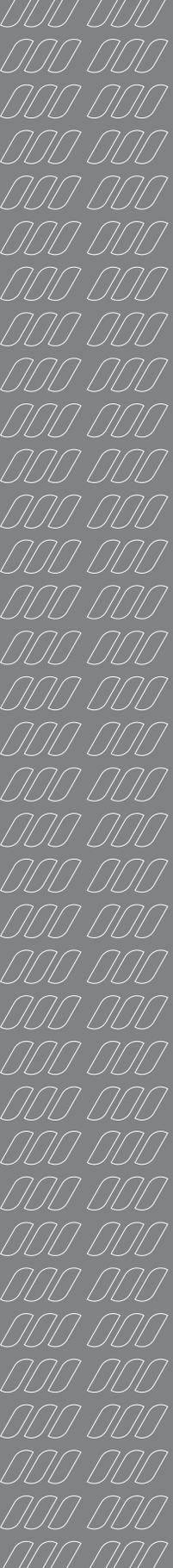
¹ COM (2007) 616 de 18.10.2007.

com efeito de estufa, o incremento da transparência e da concorrência entre portos e, ainda, a necessidade de reforçar o diálogo entre os principais actores envolvidos e entre as autoridades portuárias e os poderes locais com vista à melhoria do ordenamento do espaço urbano.

De entre as soluções preconizadas para assegurar o desenvolvimento futuro dos portos Europeus, a Comunicação avança algumas hipóteses de solução para discussão, nomeadamente em favor da melhoria da eficiência e da produtividade dos portos, do estabelecimento de rotas de transporte alternativas de forma a melhor aproveitar a capacidade instalada, da modernização das infra-estruturas e equipamentos de forma a contribuir para um melhor desempenho ambiental, da melhoria de desempenho através da simplificação de procedimentos, da utilização das novas tecnologias de informação e de comunicação, da igualdade das condições de operação e da transparência em favor de livre concorrência, e ainda do reforço do diálogo entre actores e da melhoria das condições de exercício do trabalho portuário.







4

Caracterização
Geral e Diagnóstico
Síntese

4. Caracterização Geral e Diagnóstico Síntese

4.1 Âmbito

A transversalidade da temática Mar não facilita a realização de um diagnóstico assente em informação quantificada, global e homogénea, em razão da diversidade de sectores e de actividades envolvidas e da insuficiente preparação do sistema estatístico nacional para disponibilizar informação relevante para o efeito. Acresce o facto de nem sempre ser possível distinguir, no seio de um determinado sector económico, as actividades que estão relacionadas com o Mar nem tão pouco a sua desagregação ao nível regional. A produção, sistematização e difusão de informação pertinente sobre a temática Mar constitui uma condição indispensável para o acompanhamento e a avaliação da estratégia marítima a nível regional pelo que constitui uma das acções a promover no seio do presente Plano de Acção.

A informação estatística disponível relativa às actividades marítimas na Região do Norte refere-se essencialmente aos sectores das Pescas e Aquicultura, do Transporte Marítimo, da Construção Naval e da Investigação nas Ciências do Mar. De facto, não abunda informação estatística sobre as actividades marítimas com desagregação ao nível das NUTS II e III. Em certas actividades, como é o caso do turismo, a forma como os dados são sistematizados ao nível de NUTS II torna impossível identificar qual a parte destas actividades que está directamente relacionada com o Mar.

Este diagnóstico fundamenta-se principalmente no conhecimento recolhido junto dos actores que contribuíram para a preparação desta estratégia. No entanto, para alguns sectores de actividade económica – Pesca, Aquicultura, Transformação do Pescado, Transporte Marítimo e Construção Naval – é possível avançar elementos de natureza quantitativa que se apresentam na súmula estatística, em anexo.

Adoptando a abordagem e o método utilizado pelo IFREM (Institut français de recherche pour l'exploitation de la mer) para avaliar a importância económica do Mar

no conjunto da economia Francesa, as actividades económicas marítimas podem ser classificadas em 3 tipos: Actividades Directas, as Actividades Tangentes/Adjacentes e as Actividades Indirectas.

As **Actividades Directas** definem-se como o conjunto de actividades directamente dependentes do mar, cujo desenvolvimento físico decorre em espaços marinhos, de exploração dos seus recursos, supervisão e controlo directo das actividades no mar e litoral. São exemplo a pesca, apanha de algas, aquicultura, extracção de sal marinho, petróleo bruto e gás natural (*offshore*), portos de mar, transporte marítimo de passageiros e de mercadorias, produção de energia *offshore*, entidades de regulação da actividade portuária, etc.

As **Actividades Tangentes/Adjacentes** são o conjunto das actividades de suporte directo às anteriores, a montante e a jusante das mesmas, quer pela produção de instrumentos para a sua prossecução ou dedicadas à transformação dos recursos explorados directamente do mar. Por exemplo a transformação, conservação e embalagem de pescado e outros produtos da pesca e aquicultura, produção de redes e cordame, fabricação de alimentos para aquicultura, construção e reparação de embarcações e estruturas flutuantes, construção e reparação de embarcações de recreio, etc.

Por fim, as **Actividades Indirectas** definem-se como o conjunto de actividades a montante e a jusante das actividades directas, sendo destas complementares e potenciadoras. São exemplo as plataformas logísticas, os serviços de bombeiros e actividades de protecção civil, controlos de fronteira e alfandegários, actividades turísticas, formação e investigação, escolas de condução e pilotagem, produção de instrumentos, observatórios, actividades dos parques de diversão e temáticos, etc.

O presente Plano de Acção é abrangente, cobrindo uma diversidade de actividades que integram a Economia do Mar. A Tabela seguinte apresenta o seu âmbito seguindo a classificação das actividades económicas (CAE).

TABELA 1 Classificação das Actividades Económicas

Actividades Económicas – CAE

CAE	DENOMINAÇÃO DA ACTIVIDADE
03111	Pesca marítima
03112	Apanha de algas e de outros produtos do mar
03121	Pesca em águas interiores
03122	Apanha de produtos em águas interiores
03210	Aquicultura em águas salgadas e salobras
03220	Aquicultura em águas doces
10201	Preparação de produtos da pesca e da aquicultura
10202	Congelação de produtos da pesca e da aquicultura
10203	Conservação de produtos da pesca e da aquicultura em azeite e outros óleos vegetais e outros molhos
10204	Salga, secagem e outras actividades de transformação de produtos da pesca e aquicultura
10913	Fabricação de alimentos para aquicultura
13941	Fabricação de cordoaria
13942	Fabricação de redes
30111	Construção de embarcações metálicas e estruturas flutuantes, excepto de recreio e desporto
30112	Construção de embarcações não metálicas, excepto de recreio e desporto
30120	Construção de embarcações de recreio e desporto
33120	Reparação e manutenção de máquinas e equipamentos
33150	Reparação e manutenção de embarcações

TABELA 1 Classificação das Actividades Económicas (cont.)

Actividades Económicas – CAE

CAE	DENOMINAÇÃO DA ACTIVIDADE
35113	Produção de electricidade de origem eólica, geotérmica, solar e de origem, n. e.
37001	Recolha e drenagem de águas residuais
37002	Tratamento de águas residuais
38322	Valorização de resíduos não metálicos
46381	Comércio por grosso de peixe, crustáceos e moluscos
47230	Comércio a retalho de peixe, crustáceos e moluscos, em estabelecimentos especializados
50101	Transportes marítimos não costeiros de passageiros
50102	Transportes costeiros e locais de passageiros
50200	Transportes marítimos de mercadorias
52220	Actividades auxiliares dos transportes por água
52240	Manuseamento de carga
52291	Organização do transporte
52292	Agentes aduaneiros e similares de apoio ao transporte
71120	Actividades de engenharia e técnicas afins
72110	Investigação e desenvolvimento em biotecnologia
72190	Outra investigação e desenvolvimento das ciências físicas e naturais
77340	Aluguer de meios de transporte marítimo e fluvial
85420	Ensino superior
85591	Formação profissional
86906	Outras actividades de saúde humana, n. e.
93292	Actividades dos portos de recreio (marinas)
94110	Actividades de organizações económicas e patronais
94120	Actividades de organizações profissionais
94991	Associações culturais e recreativas

4.2. Principais actividades económicas e de I&D

A Região do Norte apresenta um tecido empresarial dinâmico cobrindo um conjunto diversificado de sectores e de actividades ligadas ao Mar e um conjunto de associações empresariais representativas das principais actividades presentes na Região. Destaca-se para cada uma das principais actividades que integram a Economia do Mar a presença de empresas e ou de associações empresariais de referência.

I. PESCAS, AQUICULTURA E TRANSFORMAÇÃO DO PESCADO

O sector da pesca tem sido confrontado ao longo dos anos com um conjunto de constrangimentos relacionados com a necessidade de limitar as capturas de forma a salvaguardar a sustentabilidade dos stocks. Os dados que a seguir se apresentam reflectem essa dinâmica recente:

- > De acordo as contas regionais do INE, o número de pessoas ao serviço no sector da pesca, na Região do Norte, era de 4,1 milhares em 2006, ou seja 25% do emprego do sector a nível nacional. Contudo este sector tem vindo a perder emprego registando desde 2003 uma evolução média anual de -5,2%;
- > Em relação à frota, a Região do Norte possuía 1530 embarcações registadas no ano de 2007 (17,7% do total nacional). Também nesta matéria se registou uma diminuição do número de embarcações registadas entre 2000 e 2007;
- > Na Região do Norte, no ano de 2007, foram descarregadas em lota 31.204 toneladas de pescado, fresco e refrigerado, no valor global de 34.686 mil Euros que representa cerca de 19% do valor do pescado descarregado nos portos pesqueiros de Portugal.

Em relação à aquicultura, a Região apresentou, em 2007, uma produção de 923 toneladas, no valor de 2.202 mil Euros, mas dessas apenas 32 toneladas (no valor de 269 mil Euros) foram produzidas em águas salobras e marinhas. Esta produção total representou 12% do total nacional, sendo quase metade (48%) da produção do País produzida na Região do Algarve, na Ria Formosa.

A aquicultura é um sector de actividade que apresenta um forte potencial de crescimento com vista a ultrapassar os constrangimentos que decorrem da necessidade

de manter padrões de pesca sustentável. A presença e a instalação de unidades de grande dimensão na Galiza e, recentemente, na Região Centro de Portugal, abrem perspectivas ao desenvolvimento desta fileira e à valorização de um conjunto de conhecimentos e de capacidades de prestação de serviços existente na Região.

No que diz respeito à transformação do pescado e de acordo com os dados do INE (2005) a Região do Norte apresentava 40 empresas com 1714 pessoas ao serviço, o que representa 27% do número de empresas e 28% do pessoal ao serviço do total nacional para este sector. O volume negócios desta indústria foi nesse ano de 138.530 mil Euros, representando 16% do volume de negócios nacional. A Região do Norte situa-se, para os indicadores referidos anteriormente, em 2.º lugar no conjunto das Regiões Portuguesas, sendo apenas ultrapassada pela Região Centro.

Este sector de actividade, de grande tradição na Região, tem verificado um processo de concentração e de modernização orientado para a qualidade e a certificação dos produtos, dimensões que sustentam a sua competitividade internacional. A principal empresa na Região é a “Ramirez” que assume uma posição de liderança no mercado, exportando a maior parte da sua produção através de uma aposta muito forte na qualidade do produto, na segurança alimentar e na embalagem. Outra empresa da Região interessante neste sector é a “Pronto & Fresco”, que oferece um produto pioneiro em Portugal no mercado de “conveniência”: o peixe fresco embalado, aplicando uma tecnologia de embalagem em atmosfera modificada que permite prolongar o tempo de vida útil do pescado com garantia de elevada qualidade. É também na Região do Norte que se encontra a sede da Associação Nacional dos Industriais de Conservas de Peixe (ASSIM), que reúne e representa as empresas do sector conserveiro nacional e uma parte importante do sector dos produtos da pesca.

Em termos de potencial, o desenvolvimento de novos produtos seguindo parâmetros elevados de qualidade, de segurança alimentar e de preservação da saúde pública, constituem oportunidades de desenvolvimento no mercado internacional que urge aproveitar. A valorização dos desperdícios da indústria conserveira e a utilização e reutilização da água constituem, também, áreas de investigação e de desenvolvimento com potencial aproveitamento económico.

II. ACTIVIDADES PORTUÁRIAS, TRANSPORTE E LOGÍSTICA

No Norte de Portugal situam-se os portos de Leixões e de Viana do Castelo. O primeiro é um dos portos mais importantes de Portugal, apresentando um tráfego muito superior ao segundo, com uma relação de 16 para 1 em termos de carga movimentada e de 10 para 1 relativamente ao movimento de navios, sendo estes valores calculados como média anual de 1998-2005.

As mercadorias que mais se destacam no movimento do porto de Leixões são os granéis líquidos, seguidos pela carga geral em especial no que diz respeito à carga contentorizada.

De facto, o porto de Leixões tem tido um crescimento significativo especialmente no que ao movimento de contentores diz respeito tendo passado de 2 860 mil toneladas no ano de 2001 para 3.866 mil toneladas no ano de 2006 o que representa um crescimento de 35%.

Leixões é um porto com clara vocação internacional, sendo que o tráfego com a UE se focaliza no Reino Unido, Países Baixos, Espanha e França e o extra UE no Egipto, Argélia, Líbia e Rússia.

A APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões encontra-se a dinamizar um conjunto de projectos muito relevantes para a Região – construção das plataformas logísticas, molhe sul e terminal de cruzeiros, inserção nas Auto-estradas do Mar do Atlântico – que constituem oportunidades para o reforçar a posição do porto no conjunto do tráfego internacional de mercadorias e nos circuitos internacionais do turismo de cruzeiros, sector que apresenta um forte potencial de crescimento. Ao seu redor desenvolvem actividade algumas empresas ligadas à actividade portuária, como é o caso do agente de navegação Garland e dos concessionários TCL – Terminal de Contentores de Leixões, TCGL – Terminal de Carga Geral e de Graneis de Leixões e Silos de Leixões SA.

O porto de Viana do Castelo, apesar da menor dimensão, está em franca expansão relacionada sobretudo com o desenvolvimento do sector da energia eólica e com a instalação da empresa Enercom que exporta grande parte da sua produção. O desenvolvimento da actividade deste porto passa pela concretização de projectos que contribuam para a melhoria da sua acessibilidade por terra (rodoviária e ferroviária).

III. CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO NAVAL E PRODUÇÃO DE EQUIPAMENTOS RELACIONADOS

A construção e reparação naval na Europa, apesar de sofrer uma forte concorrência internacional de países do Extremo Oriente, apresenta algum potencial de crescimento especialmente no que se refere à construção e reparação de embarcações mais sofisticadas incorporando tecnologia mais desenvolvida, nichos onde a UE apresenta vantagens comparativas a nível mundial.

A construção e reparação naval possuem expressão na Região principalmente pela presença dos ENVC – Estaleiros Navais de Viana do Castelo. A reestruturação e modernização dos ENVC, pelo carácter estratégico que a actividade assume no plano nacional e regional e pelo seu papel na estruturação e reforço de um conjunto de actividades relacionadas a montante constitui uma prioridade de intervenção no âmbito do desenvolvimento da Economia e do *Cluster* do Mar.

Os ENVC são o maior estaleiro de construção naval do País e está especializado na construção de navios oceânicos de médio porte (até 30.000 tdw). Dispõe de instalações (docas e unidades fabris específicas) e de um centro de projecto de engenharia naval. De entre os navios construídos ou em construção destacam-se os ferries, os navios turísticos, os navios químicos, os porta-contentores e os navios militares, nomeadamente navios patrulhas oceânicos para a Marinha Portuguesa.

Os ENVC apostaram decisivamente em posicionarem-se no segmento médio/elevado da construção naval europeia orientando a sua estratégia para navios mais sofisticados do ponto de vista tecnológico e de mercado (maior valor acrescentado), como os ferries, ro-pax e os megaiates de luxo, e ainda, na construção de navios militares de pequena e média tonelagem.

Com um volume anual de actividade da ordem dos 100 milhões de Euros, os ENVC dinamizam um conjunto alargado de empresas a nível nacional, com especial destaque para as da Região do Norte. Mantém ainda estreita cooperação com empresas exteriores de regiões vizinhas e de outros países europeus. Os ENVC contribuem de forma significativa para as exportações tendo em conta que os seus principais clientes têm sido armadores internacionais (Alemanha, França, Finlândia, Grécia, entre outros).

Destaca-se ainda a presença na Região de um conjunto de outras empresas com potencial de desenvolvimento também localizadas no Minho orientadas para a fabricação

de embarcações de recreio e de desporto de que constitui exemplo a empresa *Valiant – Brunswick Marine*, com capital espanhol e norte-americano. A actual conjuntura de crise financeira e económica está a ameaçar a indústria de construção de embarcações de recreio, tendo levado recentemente ao encerramento da actividade de uma empresa de capital espanhol instalada na Região do Minho.

Refira-se, finalmente, a presença de pequenos estaleiros a operar em madeira, principalmente localizados em Vila do Conde e em Vila Nova de Gaia que asseguram a manutenção de um conjunto de saberes-fazer específicos a esta actividade de grande tradição no Norte de Portugal.

IV. NÁUTICA DE RECREIO E A NÁUTICA DESPORTIVA

Este sector tem conhecido um crescimento significativo ao nível internacional em resultado da democratização do acesso a este tipo de actividades. Portugal e a Região do Norte apresentam um conjunto de infra-estruturas de apoio bem distribuídas, embora muitas das marinas careçam de condições infra-estruturais e de serviço que limitam a sua atractividade no plano internacional.

A Região possui 4 marinas oceânicas e um número significativo de clubes ligado aos desportos náuticos. Em relação ao parque náutico, a Região possui 10.504 embarcações registadas, o que representa 16,6% do universo nacional.

Uma série de projectos de construção e de alargamento de infra-estruturas promovidos por actores regionais como o Sport Club do Porto e propostas para realizar, no Norte de Portugal, eventos internacionais, nomeadamente os jogos náuticos do Atlântico promovidos pela associação Intercéltica, assim como o projecto do Centro de Mar da Valimar pretendem dinamizar a náutica de recreio e reforçar o posicionamento da Região neste sector.

A náutica de recreio pode ainda beneficiar da presença na Região de uma indústria de construção e reparação de iates em fibra e em aço bem como a existência de alguns pequenos estaleiros dedicados à construção em madeira. Destaque ainda para a presença na Região da empresa de fabricação de canoas marca *NELO*, que equipam os principais desportistas mundiais na modalidade.

V. O TURISMO E O LAZER

Este sector compreende um conjunto muito diversificado de actividades desde a tallasoterapia, que apresenta condições de crescimento dentro de uma oferta qualificada associada às dimensões da saúde e do bem-estar, a náutica de recreio, sector que vem verificando um forte crescimento que poderá ser potenciado com o crescimento e a qualificação das marinas da Região, os desportos náuticos nomeadamente as modalidades do *surf*, *body board*, remo, canoagem, aproveitando não só as excelentes condições oferecidas por alguns pontos da costa da Região como também as zonas estuarinas, o turismo de cruzeiros a partir da construção do novo molhe e terminal de passageiros no porto de Leixões. Algumas iniciativas públicas e privadas na Região, como por exemplo a estratégia da Valimar no sentido do desenvolvimento do turismo náutico na sua área de intervenção aproveitando as excelentes condições oferecidas por Viana do Castelo e pelo estuário do Lima e a riqueza patrimonial da região envolvente ou, por exemplo, a construção de um *Sea Life Center* e de um centro de Ciência Viva na Área Metropolitana do Porto, explorando complementaridades funcionais com o terminal de cruzeiros e com o Pólo Mar do Parque de Ciência e Tecnologia (PCT) do Porto, constituem dinâmicas a valorizar no âmbito da presente estratégia regional para o Mar.

VI. ENERGIA

O Mar apresenta um enorme potencial do ponto de vista da produção das energias renováveis através da aplicação de novas tecnologias para aproveitamento da energia das ondas e da energia eólica offshore.

A Região possui algumas empresas relevantes nas energias renováveis como é a empresa Enernova e a DST Energias. Está em curso na Região uma experiência piloto com vista ao aproveitamento da energia das ondas utilizando a tecnologia “pelamis”, sob iniciativa da Enersis. Há, actualmente, cerca de uma dezena de tecnologias de energia das ondas em fase de experimentação, Portugal é um dos países líder a nível europeu a par da Escócia e da França.

VII. ACTIVIDADES EMERGENTES

Além dos sectores referenciados nos parágrafos anteriores, a Região possui um conjunto de outras actividades emergentes organizadas em torno da acção de algumas empresas de base tecnológica recentemente constituídas nos domínios da robótica, do ambiente, dos materiais de origem marinha aplicados à saúde, que resultaram de *spin-off* de alguns centros de I&D da Região. É o caso da *Oceanscan*, no campo da robótica, que se dedica a desenvolver ferramentas, veículos, sistemas e tecnologias de baixo custo de acesso ao Oceano; da *Adventech*, na área ambiental, que se dedica à criação de unidades de tratamento de efluentes industriais com recurso a tecnologia de ponta; da *Stemmatters*, na área de novos materiais de origem marinha aplicados à saúde, que tem como objectivo desenvolver produtos combinatórios para regeneração de tecidos e que usa como matéria-prima resíduos e subprodutos de origem marinha de baixo ou nenhum custo comercial.

VIII. I&D NA ÁREA DO MAR

A Região possui uma série de competências nesta área e uma série de laboratórios altamente relevantes que apresentam um potencial de conhecimento que importa acumular e valorizar ao serviço do desenvolvimento das empresas e do lançamento de novas empresas de base tecnológica e de novos serviços.

Destacam-se, nomeadamente, o CIIMAR na área da biologia e da biotecnologia marinha, o INEGI nos sectores das energias renováveis e dos materiais para a indústria, o LSTS-ISR e o LSA no domínio da robótica submarina, o INESC nos sistemas de informação e sensores, o IHRH na hidráulica e da engenharia de recursos hídricos e ambiente, o 3'Bs no domínio dos novos materiais de origem marinha com aplicação à área da saúde, o LSRE no tratamento de efluentes, a ESBUIC nos domínios da biotecnologia e da segurança alimentar e ambiental, além dos Institutos Politécnicos do Porto e de Viana do Castelo.

Procede-se, de seguida, a uma breve apresentação dos laboratórios mais importantes que desenvolvem actividades de I&D na área do Mar:

- > CIIMAR – Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental: é uma associação privada sem fins lucrativos, dedicada à investigação, divulgação e transferência de tecnologia na área das Ciências Marinhas e Ambientais.

> IHRH – Instituto de Hidráulica e de Recursos Hídricos: instituição de transferência de conhecimentos e de prestação de serviços de investigação, desenvolvimento experimental e outras actividades científicas e técnicas, nos domínios da Hidráulica e da Engenharia de Recursos Hídricos e Ambiente, entre a Universidade do Porto (essencialmente através da Faculdade de Engenharia) e outras entidades que prosseguem objectivos de carácter essencialmente público.

> INEGI – Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial: instituição de interface entre a Universidade e a Indústria vocacionada para a realização de actividade de Inovação e Transferência de Tecnologia orientada para o tecido industrial.

> INESC – Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores do Porto: realiza actividades de investigação e desenvolvimento, transferência de tecnologia, consultoria e formação avançada em telecomunicações e multimédia, sistemas de informação e comunicação, sistemas de energia, engenharia de sistemas de produção, optoelectrónica e sistemas electrónicos.

> LSTS – Laboratório de Sistemas e Tecnologias Subaquáticas do departamento de Engenharia Electrotécnica e de Computadores da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FEUP): instituição pioneira no desenvolvimento e integração de veículos autónomos, veículos assistidos por operador e redes de sensores desenvolvendo uma parte importante da sua actividade para organizações internacionais como a NATO no domínio da robótica submarina;

> LSA – Laboratório de Sistemas Autónomos: é uma das 10 unidades de I&D do Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP) sendo a sua principal área de investigação a “field robotics” aplicada aos estudos oceanográficos, monitorização ambiental, segurança e transportes. Desenvolve, também, actividades de formação avançada e de transferência de tecnologia.

> LSRE – Laboratório de Processos de Separação e Reacção da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto: dedica-se aos Processos de Separação e Reacção em Engenharia Química. As actividades de I&D estão concentradas em quatro áreas: Processos de Separação; Engenharia da Reacção; Modelização, Simulação e Controlo de Processos e Engenharia Ambiental.

> LEPAE – Laboratório de Engenharia de Processos Ambiente e Energia: é uma unidade de investigação da Faculdade de Engenharia do Porto centrada na Engenharia

Química, Biológica e Ambiental, e campos afins, com três principais áreas-alvo: Ambiente e Saúde; Energia, processos e produtos; Biotecnologia e Interfaces.

> 3 B's – Biomateriais, Materiais Biodegradáveis e Biomiméticos da Universidade do Minho: realiza investigação científica na área da Engenharia de Tecidos, Células Estaminais e Medicina Regenerativa.

> ESB – Escola Superior de Biotecnologia da Universidade Católica: é uma organização de referência na área da Biotecnologia, em particular nas interfaces com a área da saúde, do ambiente e da segurança alimentar. A ESB conta com equipas multidisciplinares, integrando experiência e conhecimentos em áreas directa e indirectamente ligadas com o domínio do Mar, nomeadamente, as relacionadas com as microalgas.

> ESCG – Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Viana do Castelo do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC): desenvolve a sua actividade na formação e investigação na área da Ciência e Tecnologia dos Alimentos.

4.3. Diagnóstico síntese

A recolha de informação efectuada junto de parceiros relevantes dos diferentes sectores de actividade anteriormente apresentados, complementada com os resultados de alguma recolha documental e da informação estatística disponível, permite elaborar um diagnóstico síntese da situação segundo a SWOT.

TABELA 2 Matriz SWOT do Mar na Região do Norte

Forças

- > A existência de capacidade de investigação e de um significativo número de doutorados na área das ciências do Mar, principalmente no âmbito da Universidade do Porto e, também, da Universidade Católica, da Universidade do Minho e dos Institutos Politécnicos do Porto e de Viana do Castelo;
- > A emergência de um conjunto de projectos em áreas de actividade não tradicional com potencial de inovação e desenvolvimento, especialmente na área da biologia e da biotecnologia marinha, da engenharia de sistemas e de outras tecnologias com potencial de aplicação ao meio marinho;
- > Um conjunto de saberes-fazer específicos em actividades de construção e de reparação naval de navios de médio porte (caso dos ENVC) e de outras embarcações fabricadas em madeira, fibra e aço destinadas, principalmente, a actividades de recreio e de desporto.

Fraquezas

- > As dificuldades associadas ao sector da pesca, ao decréscimo da frota pesqueira e da sua actividade em resultado das limitações às capturas, da concorrência de outras frotas, do aumento dos custos de exploração (combustíveis) e da dificuldade em obter licenças em países terceiros. A situação do sector tem especial incidência na Região do Norte que, das regiões continentais, é a que concentra maior população nesta actividade. A situação é, no entanto, diversa consoante o tipo de pesca, afectando principalmente a pesca de arrasto;
- > A reduzida importância que a aquicultura apresenta no panorama económico da Região, especialmente quando comparada com a situação de regiões vizinhas, principalmente com a Galiza. Evidentemente que as condições naturais de partida entre o Norte de Portugal e a Galiza são muito diferentes, as rias galegas constituem espaços de excelência para esta actividade. Há, no entanto,

Forças

A existência de dinâmicas recentes em matéria de construção e reparação de embarcações de recreio impulsionadas sobretudo por investimento externo e a posição de excelência no nicho de mercado da fabricação de embarcações para a prática da canoagem e do remo;

> A modernização e reestruturação operada no sector da indústria conserveira que, apesar de ter conhecido uma diminuição do número de empresas e de emprego, se mantém um sector exportador e competitivo a nível internacional nomeadamente pela aposta efectuada na qualidade e na certificação dos seus produtos;

> O crescimento que se tem verificado nos últimos anos em torno da prática de um conjunto de modalidades como o *surf*, o *body board*, além da vela, canoagem e remo que muito têm contribuído para a valorização do mar junto de camadas jovens da população, com especial incidência na zona do litoral de Viana do Castelo;

> O crescimento da actividade portuária nos portos de Douro e Leixões, especialmente no que respeita ao movimento de contentores, e de Viana do Castelo. A instalação na região de novas actividades de fabricação de equipamentos para a produção de energia eólica constitui

Fraquezas

algum potencial a explorar na Região apesar das áreas mobilizáveis com condições para o acolhimento deste tipo de actividade serem reduzidas;

> Problemas de acessibilidade ao porto de Viana do Castelo que precisam de ser resolvidos de forma a criar condições para o seu desenvolvimento;

> Persistência, apesar dos progressos verificados ao longo dos últimos anos, de situações de poluição de origem tectónica em estuários e zonas costeiras da Região, com impacto negativo ao nível da qualidade dos respectivos ecossistemas e da fruição desses espaços;

> Fragilidade de algumas zonas costeiras e dos seus ecossistemas provocada pela falta de ordenamento do território, pela pressão provocada pelo desenvolvimento de diferentes actividades e ainda pela indevida utilização desses espaços;

> A fragilidade da orla costeira por motivos de erosão, especialmente visível em alguns espaços da Região em situação crítica como é o caso de Paramos e de Esposende;

> A insuficiência de informação estatística de natureza sócio-económica e ambiental sobre o Mar, o que limita o conhecimento aprofundado da situação

Forças

um factor de potencial crescimento da actividade do porto de Viana do Castelo. A construção das novas plataformas logísticas na região constitui um factor de desenvolvimento do comércio marítimo com impacto esperado no movimento dos respectivos portos;

> A existência na região de um conjunto de equipamentos de âmbito cultural e científico relacionados com a temática do Mar que, porém, se encontram insuficientemente valorizados e articulados;

> A emergência e desenvolvimento de alguns projectos de sensibilização e de formação dirigidos ao tratamento e valorização do tema Mar dirigidos à população jovem e estudantil, dinamizados por entidades associativas regionais, por escolas e pela Universidade do Porto (Universidade Itinerante do Mar).

Fraquezas

das diferentes actividades relacionadas e a necessária monitorização das dinâmicas regionais.

Oportunidades

- > A maior sensibilização da comunidade em geral para o tema Mar em resultado das iniciativas lançadas ao nível europeu e nacional na matéria e a sua replicação a nível regional;
- > O desenvolvimento de novas procuras turísticas associadas ao Mar e à saúde apresenta um potencial de crescimento com o qual a Região poderá vir a beneficiar;
- > A aposta da União Europeia em desenvolver o transporte marítimo, nomeadamente através das Auto-Estradas do Mar e do *Short-Sea Shipping* e em facilitar os procedimentos portuários quando se trata de tráfego marítimo entre portos da União. A construção do terminal de cruzeiros e da gare marítima em Leixões que constituem um potencial relevante para a inclusão do Porto e da Região do Norte nos circuitos de turismo de cruzeiros, sector que apresenta um franco crescimento ao nível internacional;
- > O potencial de desenvolvimento associado ao aproveitamento e exploração da energia das ondas;
- > As dinâmicas de cooperação entre o Norte de Portugal e a Galiza no domínio do Mar que poderá permitir o desenvolvimento de sinergias entre as duas

Ameaças

- > A forte concorrência externa a que o sector da indústria conserveira está sujeito, especialmente por parte de empresas situadas em Marrocos (sardinha) e em Espanha (atum) e também de outros produtores longínquos situados nas Filipinas na Tailândia e na América do Sul, em consequência do processo de desarmamento alfandegário. Apesar do processo de modernização e de reestruturação que o sector conheceu em Portugal, a sua competitividade é ameaçada no quadro internacional pela existência de situações de distorção concorrencial. A escassez de matéria-prima e os impactos ambientais no meio marinho decorrentes das mudanças climáticas são dois outros factores que ameaçam o futuro do sector;
- > No sector das pescas, como principais ameaças temos: aumento dos custos de exploração, em particular do preço dos combustíveis; envelhecimento da frota; aumento da idade média dos profissionais decorrente da falta de atractividade do sector para os jovens; agudização dos níveis de concorrência, face à escassez dos recursos e à pesca IUU (“Illegal, Unregulated and Unreported”), com reflexos no aprovisionamento de matéria-prima para a indústria; preponderância de países terceiros no mercado dos produtos da pesca face aos baixos custos

Oportunidades

Regiões projectando-as no plano internacional;

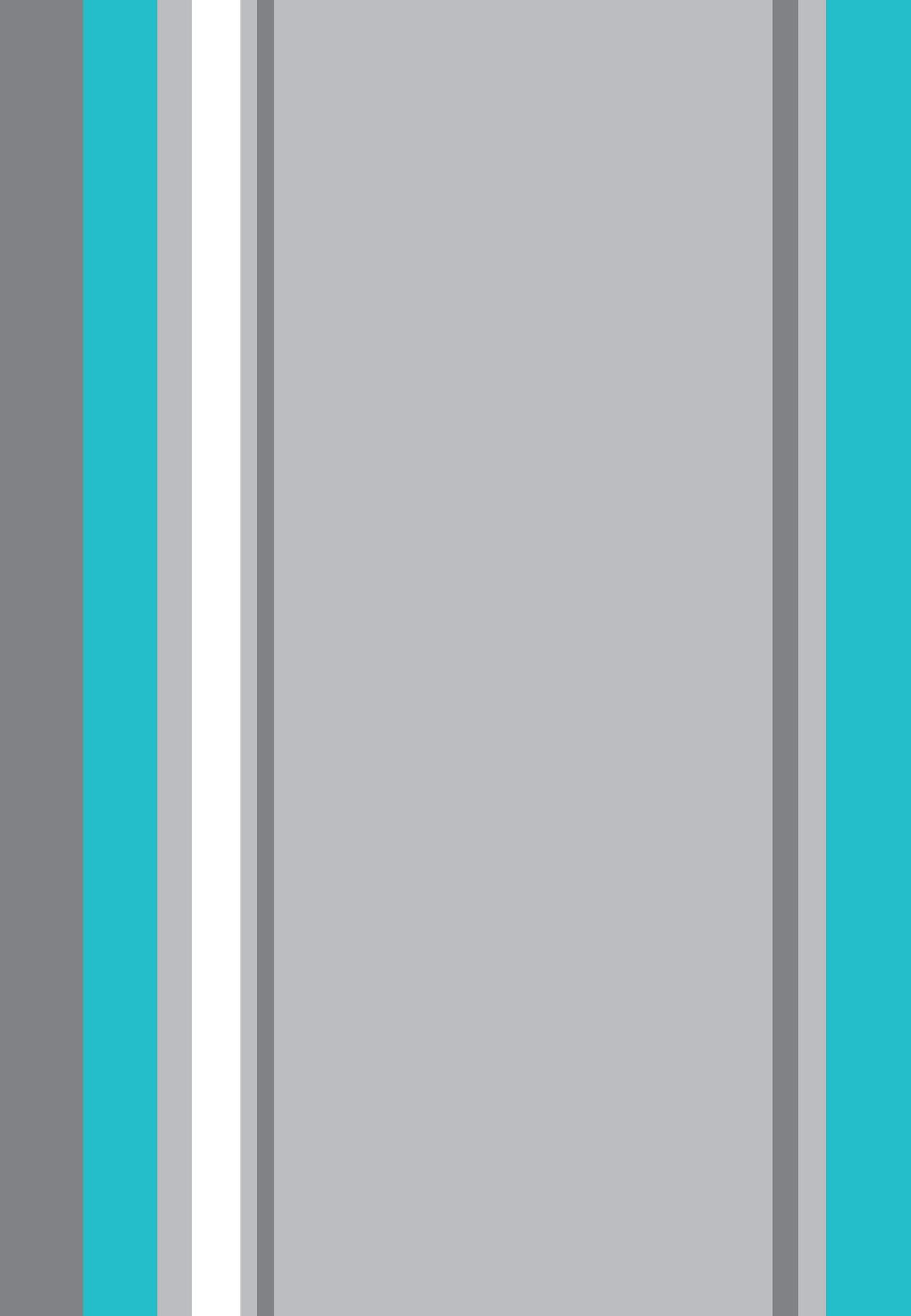
> A existência de um conjunto de programas e de instrumentos de financiamento de âmbito regional, temático e de cooperação interregional previstos no QREN, que constituem uma alavanca financeira decisiva para o aproveitamento e concretização de alguns projectos e investimentos previstos para a Região neste domínio.

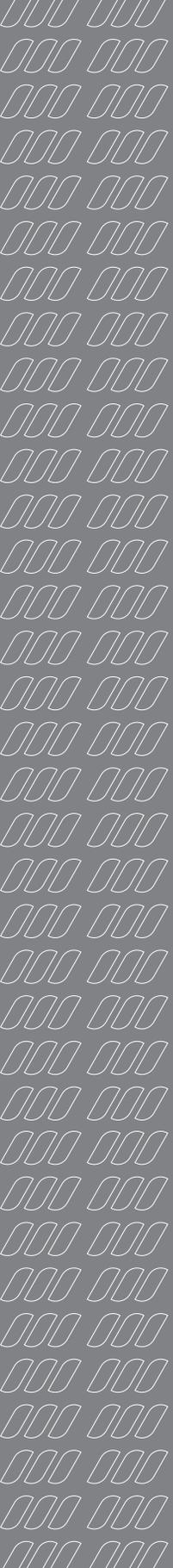
Ameaças

de produção e às muito mais débeis exigências de carácter ambiental; impacto das alterações climáticas e da poluição das águas no estado dos recursos;

> Fragilidade de algumas zonas costeiras e dos seus ecossistemas provocada pela falta de ordenamento do território, pela pressão provocada pelo desenvolvimento de diferentes actividades e ainda pela indevida utilização desses espaços;

> A fragilidade da orla costeira face aos efeitos decorrentes de alterações climáticas, especialmente sensível em espaços da Região que já apresentam uma situação crítica como é o caso de Paramos e de Esposende.





5

Linhas Estratégicas
de Desenvolvimento

5. Linhas Estratégicas de Desenvolvimento

5.1. Princípios

O Plano de Acção “Mar” estabelece-se em conformidade com a estratégia de desenvolvimento da Região estabelecida no documento de programação para o período de 2007 a 2013, para cuja consecução pretende contribuir. O Plano reflecte, também, o conjunto de prioridades de âmbito comunitário que decorrem das iniciativas da Comissão Europeia quanto ao desenvolvimento de uma Estratégia Marítima Europeia e as opções de política consideradas no âmbito da Estratégia Nacional para o Mar.

As linhas estratégicas que organizam o Plano de Acção “Mar” obedecem a um conjunto de princípios fundamentais de enquadramento que decorrem dos referenciais estratégicos referidos em 2. São os seguintes:

I. **Abordagem sistémica** O Plano de Acção “Mar” desenvolve-se segundo uma abordagem global e integrada, de âmbito intersectorial e interdisciplinar que garante uma visão integradora do Mar, condição indispensável para assegurar a devida articulação e coordenação de políticas;

II. **Competitividade** O Plano de Acção “Mar” prossegue uma lógica de valorização dos factores que potenciam o crescimento económico e o emprego qualificado em condições de sustentabilidade através, nomeadamente, do apoio à investigação, à inovação, ao empreendedorismo e à internacionalização das actividades da Região no domínio da Economia do Mar;

III. **Coesão** O Plano de Acção “Mar” favorece a criação e o aproveitamento de oportunidades de desenvolvimento dos territórios e das comunidades ameaçadas por actividades em situação de crise, promovendo as medidas de acompanhamento social e formativo indispensáveis à reconversão e à diversificação de actividades;

IV. Sustentabilidade O Plano de Acção “Mar” privilegia uma abordagem que procura compatibilizar de forma dinâmica o desenvolvimento económico e social e a conservação da natureza e da biodiversidade, estimulando o conhecimento científico e o desenvolvimento e a aplicação ao sector económico de novas tecnologias amigas do ambiente;

V. Participação O Plano de Acção “Mar” privilegia uma abordagem aberta à participação dos diferentes actores regionais quer na fase da formulação quer durante a fase de implementação.

5.2. Objectivos

No âmbito dos princípios anteriores, o **objectivo geral**, que orienta o presente Programa Regional de Acção no domínio do Mar e que serve de enquadramento às linhas estratégicas de desenvolvimento é o seguinte:

Objectivo Geral

Valorizar o recurso Mar através do desenvolvimento de um conjunto de actividades, de produtos e de serviços que promovam o crescimento económico, o emprego e a internacionalização da Região, apostando no reforço da I&D&I marinha, da formação, do empreendedorismo e da cooperação de forma a contribuir, em condições de sustentabilidade, para a competitividade da Região.

Este objectivo geral concretiza-se através de um conjunto de orientações ou de **objectivos específicos** que contribuem para a sua consecução. São os seguintes:

Objectivos Específicos

- > Valorizar o património natural e cultural e reforçar a identidade marítima da Região;
- > Desenvolver estratégias de prevenção e de adaptação das zonas costeiras a situações de risco, especialmente os decorrentes das alterações climáticas e da poluição por hidrocarbonetos;
- > Promover o empreendedorismo e a iniciativa empresarial associada ao desenvolvimento de novos produtos com origem no aproveitamento e na valorização dos recursos marinhos e no desenvolvimento de novas tecnologias com aplicação ao meio marinho;
- > Favorecer o desenvolvimento de redes de cooperação entre empresas com vista à obtenção de condições de escala e de gama que contribuam para o aumento da eficácia e da eficiência empresarial e para melhorar o acesso a mercados internacionais;

- > Reforçar as competências científicas e tecnológicas das empresas e das entidades do sistema científico que operam no domínio do Mar e apoiar a constituição de consórcios entre centros de I&D e empresas com o objectivo de favorecer processos de transferência de tecnologia;
 - > Apoiar a renovação e a inovação do modelo empresarial e do padrão de especialização em actividades que apresentem potencial de crescimento sustentado no domínio do Mar;
 - > Desenvolver competências necessárias à qualificação das actividades que integram a Economia do Mar e ao reforço da empregabilidade nestes sectores de actividade.
-

5.3. Linhas Estratégicas de Desenvolvimento

A aplicação dos objectivos anteriormente enunciados ao conjunto de domínios de intervenção relacionados com a temática Mar define as seguintes linhas estratégicas de desenvolvimento que consubstanciam o Plano de Acção “Mar”.

Linhas Estratégicas de Desenvolvimento

L1 Promover a conservação, a valorização e a gestão dos ecossistemas costeiros e das bacias hidrográficas;

L2 Desenvolver bens e serviços transaccionáveis no domínio da Economia do Mar com recurso, nomeadamente, ao desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias ao meio marinho;

L3 Promover a qualidade e a valorização dos produtos da pesca e da aquicultura e a segurança alimentar;

L4 Desenvolver novas tecnologias de produção de peixes, de bivalves e de outras espécies e a sustentabilidade da aquicultura;

L5 Promover o desenvolvimento do *cluster* “Conhecimento e Economia do Mar”;

L6 Reforçar a investigação e desenvolvimento nas áreas das ciências marinhas e fomentar o empreendedorismo em actividades da Economia do Mar;

L7 Apoiar o desenvolvimento do transporte marítimo e a melhoria das condições de segurança marítima e das infra-estruturas portuárias;

L8 Valorizar o património marítimo regional, a náutica de recreio e o turismo náutico;

L9 Promover o desenvolvimento da educação e da formação nas áreas das ciências marinhas e da Economia do Mar de forma a favorecer a segurança, a qualificação do sector e a empregabilidade;

L10 Promover a cooperação transfronteiriça e transnacional no domínio do Mar.

Pela sua transversalidade, algumas das linhas previstas neste Plano têm relação com outros Planos de Acção em preparação, principalmente com os referentes às áreas da Inovação, do Turismo, da Empregabilidade e dos Transportes. A articulação entre o Plano de Acção “Mar” e esses outros Planos é indispensável no sentido de assegurar a devida coerência regional às intervenções estratégicas propostas.

Nos pontos seguintes procede-se à caracterização de cada uma das Linhas Estratégicas de desenvolvimento que organizam o presente Plano.

L1 Promover a conservação, exploração e a gestão de ecossistemas costeiros e das bacias hidrográficas.

O bom funcionamento dos ecossistemas costeiros e fluviais é fundamental para a produtividade do sector pesqueiro, assim como a preservação de um ambiente saudável que possa suportar actividades como o turismo, especialmente o turismo da natureza, os desportos náuticos e outras actividades. Além disso, os ecossistemas fornecem serviços de valor dificilmente quantificável, que incluem a produção de oxigénio e captação de CO₂, a reciclagem de nutrientes e outras. Estes ecossistemas que já estão na sua maioria num estado degradado, enfrentam um elevado número de ameaças, nomeadamente a destruição e degradação de habitats e perda acentuada de diversidade biológica, o excesso de pesca, a contaminação por substâncias perigosas e nutrientes e os impactos das alterações climáticas, que vêm acentuar muitos dos efeitos de outras ameaças.

O objectivo desta Linha Estratégica é o de fomentar o estudo dos ecossistemas costeiros e fluviais e desenvolver medidas com vista à sua protecção, recuperação, valorização e ordenamento de forma a potenciar os seus usos de acordo com modelos de sustentabilidade.

No âmbito desta Linha Estratégica visa-se o aprofundamento dos conhecimentos sobre os ecossistemas marinhos e estuarinos, dando especial relevância ao estudo da sua biodiversidade, da dinâmica de poluentes, das correntes oceânicas, da erosão costeira e dos impactos das mudanças globais, com destaque para as mudanças climáticas. Estes estudos serão feitos também pelo desenvolvimento de tecnologias e sistemas de monitorização e recolha de dados em meio marinho, com a perspectiva de apoiar o lançamento de medidas de protecção de recursos marinhos/stocks de di-

ferentes espécies, no âmbito de uma estratégia de adaptação às mudanças climáticas e de apoio à estratégia nacional de GIZC, que devem ser compatibilizadas nas zonas transfronteiriças.

Para os ecossistemas fluviais, o desenvolvimento de medidas deverá privilegiar uma abordagem integrada das bacias hidrográficas do NW da Península, com principal destaque para o Rio Minho. Deverá dar-se particular relevo à zona internacional do Rio Minho atendendo, por um lado, às suas potencialidades no domínio do suporte ao turismo da natureza e, por outro lado, à existência de espécies que são importantes para a economia das populações ribeirinhas. Neste contexto, adquire grande relevância a conservação da natureza e da biodiversidade e o combate à poluição de diversas fontes que, juntamente com a alteração de habitats e a invasão por espécies exóticas, constituem as maiores ameaças ao equilíbrio ambiental dos ecossistemas fluviais.

Os projectos e as acções a desenvolver no âmbito desta Linha Estratégica devem observar as orientações estabelecidas pelas “Bases para a Estratégia de Gestão Integrada das Zonas Costeiras” e orientar-se prioritariamente para os seguintes domínios principais:

- I. Aprofundamento do conhecimento sobre a dinâmica do meio marinho e o funcionamento dos ecossistemas costeiros e fluviais;
- II. Monitorização da evolução do meio marinho e das suas dinâmicas, nomeadamente através da criação e desenvolvimento de um observatório sobre o estado do meio marinho na Região, eventualmente no quadro da cooperação transfronteiriça Norte de Portugal/Galiza;
- III. Desenvolvimento de um programa de protecção e valorização do litoral em conformidade com as orientações definidas pelos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC);
- IV. Elaboração de uma carta de risco para a Região;
- V. Construção de infra-estruturas e de pequenos equipamentos que promovam a qualificação de espaços balneares e a requalificação de zonas costeiras e estuárias de acordo com as prioridades estabelecidas para as “unidades operativas de planeamento e de gestão” previstas nos POOC.

Os projectos e as acções a enquadrar nesta Linha Estratégica têm acolhimento no âmbito do Eixo 3 do Programa Operacional Regional do Norte, especificamente no âmbito da Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial, no âmbito do Eixo 4 do Programa Operacional “Pesca” e, no que respeita à componente de Investigação, no âmbito do Eixo 4 – Formação Avançada do Programa Operacional Temático “Potencial Humano”.

L2 Desenvolver bens e serviços transaccionáveis no domínio da Economia do Mar com recurso, nomeadamente, ao desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias ao meio marinho.

Os desenvolvimentos futuros no campo das ciências do mar e da utilização do meio marinho, através de novos produtos e novos serviços, resultarão certamente da aplicação, a este meio, de conhecimento e de tecnologias desenvolvidas noutros domínios, nomeadamente nas ciências e tecnologias da informação e da comunicação. Este facto aplicar-se-á tanto no campo da biologia e da biotecnologia marinha como no campo da engenharia de sistemas, através por exemplo do desenvolvimento de modelos preditivos aplicados a sistemas complexos, bem como do desenvolvimento da automação e da robótica submarina.

Enquadram-se no âmbito desta Linha projectos que visem:

- I. O desenvolvimento de novos produtos resultantes da utilização de organismos marinhos, nomeadamente no que concerne ao desenvolvimento de novos medicamentos e ao desenvolvimento de instrumentos de diagnóstico;
- II. O desenvolvimento de novas técnicas para conhecimento, protecção, monitorização e gestão do meio marinho;
- III. O desenvolvimento de novos tipos de materiais compósitos e enzimas para a indústria;
- IV. O desenvolvimento de equipamentos e de novas tecnologias de acesso, monitorização e intervenção no meio marinho e de prevenção de riscos.

As intervenções a enquadrar nesta Linha deverão orientar-se no sentido de articular os recursos, as competências, os conhecimentos e as tecnologias disponíveis com as actividades económicas existentes e emergentes de forma a contribuir para o reforço do tecido produtivo da Região no domínio do Mar.

Os projectos e as acções a desenvolver no âmbito desta Linha Estratégica têm enquadramento no Eixo 2 do Programa Operacional Regional do Norte, especificamente no que respeita ao desenvolvimento de novos produtos e negócios que potenciem novos usos económicos do Mar, e no âmbito do Eixo 4 – Formação Avançada do Programa Operacional Temático “Potencial Humano”, no que respeita à componente de investigação, de promoção do emprego científico e da formação avançada.

L3 Promover a qualidade e a valorização dos produtos da pesca e da aquicultura e a segurança alimentar.

A utilização dos recursos vivos para fins alimentares é a mais tradicional e talvez mais importante actividade do Homem em relação ao ambiente aquático. Nas últimas décadas, fruto da globalização, do valor único dos alimentos aquáticos para a saúde do consumidor e da conseqüente procura elevada, a segurança e a qualidade do pescado assumem-se como áreas prioritárias em todos os países com tradições de elevado consumo, como o são os da zona Mediterrânica, sendo o Norte de Portugal e a Galiza excelentes exemplos de áreas altamente vocacionadas para este tipo de dieta.

No contexto geral marcado pela diminuição global das capturas da pesca e da valorização crescente do consumo de pescado, a gestão sustentável dos recursos marinhos explorados pela pequena pesca assume relevância regional nos planos económico e social pela sua importância do ponto de vista da satisfação de necessidades de consumo de produtos frescos de elevada qualidade e do ponto de vista da valorização de uma actividade com tradição que envolve, ainda, uma comunidade importante na Região.

Acresce que têm surgido problemas alimentares que obrigam a repensar toda a estratégia de recolha, de produção e de processamento de alimentos, com ênfase nos de origem animal. A nova abordagem a uma segurança integrada e mais efectiva passa por uma formação e vigilância mais eficazes ao longo de toda a cadeia de produção,

de forma a garantir que todos os procedimentos estão em consonância com os novos objectivos da segurança, também ela global.

A criação e o desenvolvimento de novos métodos para avaliação da qualidade e da segurança do pescado, nomeadamente de “indicadores de frescura” baseados em análise sensorial, física, química e microbiológica, especificamente dedicados aos produtos mais representativos de cada região, permite obter um conjunto de ferramentas indispensáveis para a implementação da nova estratégia de segurança e de qualidade nos produtos aquáticos. A aplicação destes novos métodos também a produtos provenientes da aquicultura é condição necessária e preocupação constante, uma vez que a produção de pescado em cativeiro se revela como uma solução cada vez mais efectiva e procurada para suprir a falta crescente de recursos selvagens que hoje se verifica.

Nesta Linha enquadram-se projectos que contribuam para:

- I. O aumento do conhecimento sobre os recursos vivos marinhos e o seu valor comercial;
- II. O desenvolvimento e melhoramento de tecnologias de conservação e transformação do pescado;
- III. A avaliação do risco para a saúde pública, hoje considerado um aspecto central relacionado com o processamento deste tipo de produtos;
- IV. Implementação de processos de certificação de origem, de segurança e de qualidade de produtos da pesca e da aquicultura e promoção da sua imagem junto do consumidor.

Os projectos e as acções a desenvolver no âmbito desta Linha Estratégica têm enquadramento no âmbito do Eixo 2 do Programa Operacional Regional do Norte, especificamente no que respeita à valorização do pescado, dos produtos transformados e à segurança alimentar, no âmbito do Eixo 4 – Formação Avançada do Programa Operacional Temático “Potencial Humano”, no que respeita à qualificação avançada de recursos humanos e, ainda, no âmbito do Eixo 3 do Programa Operacional “Pesca”, no que concerne à criação de valor e diversificação de produtos da indústria de transformação de pescado.

L4 Desenvolver novas tecnologias de produção de peixes, de bivalves e de outras espécies e a sustentabilidade da aquicultura.

O objectivo desta Linha Estratégica é o de promover o desenvolvimento de uma aquicultura sustentável e fomentar a produção intensiva de espécies alternativas às já largamente implantadas em todo o Sul da Europa, nomeadamente a dourada e o robalo, evitando a saturação do mercado e a excessiva competição entre produtores. O recurso a espécies alternativas (goráz, linguado, polvo, entre outras), mais adaptadas a temperaturas baixas, permitirá conquistar novos mercados, dado tratar-se de espécies de elevado valor comercial e cujas populações naturais têm vindo a diminuir. O cumprimento deste objectivo implica o envolvimento activo por parte dos centros de investigação e das empresas, quer a nível da produção de dietas específicas a cada uma destas espécies, quer a nível da optimização das suas técnicas de cultivo.

A sustentabilidade do crescimento da aquicultura é apenas possível com o recurso a fontes alternativas de proteína e óleo de peixe, nomeadamente a fontes vegetais de grande disponibilidade no mercado. A formulação de dietas com recurso a estas fontes vegetais pode reduzir a emissão de resíduos aquícolas, nomeadamente a libertação de fósforo para o meio aquático e diminuir a acumulação de substâncias potencialmente tóxicas, como mercúrio, arsénio e poluentes orgânicos persistentes (POPs) tais como as dioxinas e os PCB's. No entanto, estas fontes vegetais apesar de serem consideradas menos poluentes, quando incluídas em determinados níveis induzem alterações significativas na qualidade final da carne, especialmente uma diminuição do teor em ácidos gordos ómega-3. Dada a importância destes ácidos gordos para a saúde humana, a composição final do músculo dos peixes pode ser revertida através do recurso a dietas ditas "de acabamento" que conseguem repor os níveis desejados de ómega-3, produzindo um produto que vá de encontro às necessidades do consumidor. São assim necessários estudos que permitam determinar as necessidades nutricionais de cada espécie, adequando o tipo de alimento a cada uma delas, tendo sempre em conta o interesse final dos consumidores.

A optimização do crescimento das espécies marinhas é uma das principais preocupações para os produtores. Este processo poderá ser conseguido através de uma melhoria dos sistemas de cultivo, visando ajustar as condições ambientais (qualidade da água, temperatura, formas de alimentação, vacinas) às necessidades de cada espécie, ou através de melhorias nutricionais que permitam melhorar a condição geral dos

animais e, por isso, a sua resistência a agentes patogénicos ou condições de *stress*. O desenvolvimento de dietas funcionais que contenham compostos probióticos poderá contribuir para este objectivo.

Destaca-se, ainda, no âmbito da presente Linha, o potencial económico associado à produção e à exportação de peixes ornamentais que poderá constituir, também, uma área interessante de aposta e desenvolvimento.

Finalmente, o crescimento sustentável da aquicultura implica sempre um cuidado acrescido com a qualidade final da água dos efluentes. Neste sentido torna-se fundamental incentivar os produtores a recorrer a novas tecnologias que visem o tratamento destes efluentes de forma a poder reutilizar essa mesma água. O recurso à utilização de sistemas completamente fechados ou semi-abertos deverá ser alvo de incentivo por parte das autoridades.

Podem enquadrar-se no âmbito desta Linha Estratégica projectos que visem:

- I. A diversificação da produção, incluindo o uso de novas espécies e de novas formas de produção;
- II. A produção de peixes ornamentais;
- III. O desenvolvimento de dietas com menor impacto ambiental, nomeadamente através da utilização de fontes vegetais;
- IV. A optimização das condições de cultivo com recurso a substâncias probióticas que permitam reduzir o recurso a antibióticos, bem como de vacinas eficazes que permitam melhorar o estado sanitário dos animais reforçando o seu sistema imunitário;
- V. O desenvolvimento de novas tecnologias para aquicultura, incluindo estratégias para diminuição do impacto ambiental e o tratamento e reutilização de águas residuais.

Os projectos e as acções a desenvolver no âmbito desta Linha Estratégica têm enquadramento no âmbito do Eixo 2 do Programa Operacional Regional do Norte, no âmbito do Eixo 2 do Programa Operacional “Pesca” e ainda no âmbito do Eixo 4 – Formação Avançada do Programa Operacional Temático “Potencial Humano”, no que respeita

à componente de investigação, de promoção do emprego científico e da formação avançada.

L5 Promover o desenvolvimento do *cluster* “Conhecimento e Economia do Mar”.

O objectivo desta Linha de Acção é o de reforçar a Economia do Mar, contribuindo para a modernização das actividades tradicionais, nomeadamente as indústrias marítimas, o apoio a actividades emergentes e o desenvolvimento de redes de cooperação empresarial e de redes de cooperação entre empresas e instituições de I&D orientadas para a transferência de tecnologia e para o desenvolvimento da cadeia de valor dos produtos da Economia do Mar. São considerados prioritários projectos que promovam a densificação das relações intra e intersectoriais e projectos que contribuam para a internacionalização da base produtiva regional.

O Instituto para o Desenvolvimento do Conhecimento e da Economia do Mar (IDCEM) tem um papel relevante a desempenhar na dinamização de projectos, iniciativas e actores e na sua articulação em favor da consolidação de um *cluster* do Mar na Região.

O diagrama seguinte apresenta, esquematicamente, o conjunto de actividades que sustentam o desenvolvimento do *Cluster* destacando-se o papel central ocupado pelas actividades de C&T. A candidatura do *Cluster* – Conhecimento e Economia do Mar foi recentemente submetido às Estratégias de Eficiência Colectiva – Outros *Clusters*.

FIGURA 1 Diagrama do *Cluster* do Conhecimento e Economia do Mar



Podem enquadrar-se no âmbito desta linha estratégica projectos promovidos por entidades públicas e privadas da Região que visem, nomeadamente:

- I. Projectos de modernização e de valorização das actividades e produtos da Economia do Mar;
- II. A criação de redes de cooperação entre empresas e entre empresas e entidades de C&T para o desenvolvimento de tecnologias e de produtos no domínio do Mar;
- III. O desenvolvimento de acções colectivas que promovam o desenvolvimento de actividades da Economia do Mar e a sua promoção externa;
- IV. Actividades de dinamização, ao desenvolvimento e promoção do *Cluster* do Mar;
- V. A realização de estudos prospectivos e outros sobre o desenvolvimento do *Cluster* do Mar;
- VI. A constituição e manutenção de bases de dados de natureza económica e social sobre as actividades cobertas pelo *Cluster* do Mar.

Os projectos e acções a desenvolver no âmbito desta Linha Estratégica devem ser enquadrados nos instrumentos financeiros disponíveis no âmbito Programa Operacional Regional do Norte, especialmente no âmbito do seu Eixo 2, no âmbito dos Eixos 1, 2 e 3 do Programa Operacional “Pesca” e, ainda, dos Programas Operacionais Temáticos “Factores de Competitividade” e “Potencial Humano”.

L6 Reforçar a investigação e desenvolvimento nas áreas das ciências marinhas e fomentar o empreendedorismo em actividades da Economia do Mar.

Esta Linha Estratégica completa as anteriormente apresentadas constituindo, o seu desenvolvimento, uma condição necessária à construção e consolidação do *cluster* regional no domínio do Mar. O apoio a formações avançadas, o apoio ao desenvolvimento de projectos de investigação nas áreas das Ciências e da Economia do Mar e o fomento do empreendedorismo é, à luz do exposto, de indiscutível prioridade no desenvolvimento do presente Plano de Acção.

Existe um capital significativo de conhecimento científico na Região sobre a temática Mar produzido por um conjunto de investigadores no âmbito de bolsas concedidas, ao longo dos últimos anos, nomeadamente pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. No entanto, este capital de conhecimento nem sempre tem servido para apoiar o desenvolvimento do sector nem para o lançamento de novos projectos e de iniciativas empresariais. É reconhecida a necessidade de completar o capital de conhecimento técnico especializado na área das Ciências do Mar com conhecimentos e competências oriundas de outras áreas do saber, designadamente da área da gestão, que favoreçam o lançamento de novas empresas por parte daqueles que, tendo beneficiado de formação específica e avançada neste domínio, são confrontados com o desafio de criar a sua própria actividade.

A presente Linha Estratégica tem por objectivo o desenvolvimento de programas de formação avançada, de I&D e de empreendedorismo, que permitam a produção de novos conhecimentos, o lançamento de novas actividades e de iniciativas empresariais, nomeadamente de serviços avançados nas diferentes actividades que compõem a Economia do Mar. Esta Linha privilegia abordagens que integrem, de forma dinâmica, as componentes formativa, de investigação, de transferência de tecnologia, de incubação e de conselho e apoio financeiro ao desenvolvimento de novos projectos e iniciativas empresariais e ainda ao acolhimento de projectos empresariais externos que pela sua relevância contribuam para o reforço das demais componentes.

No âmbito desta Linha Estratégica adquire especial importância a criação do Pólo Mar do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto, a localizar em Matosinhos, no quadro de uma parceria envolvendo a Universidade do Porto, a APDL e a Câmara Municipal de Matosinhos. Este Pólo integrará e articulará as valências de formação e investigação, de transferência de tecnologia, de incubação de empresas e de acolhimento empresarial e, ainda, uma função de divulgação científica.

A acção deste Pólo deverá favorecer a coordenação do potencial de conhecimento existente na Região no domínio da Ciências e da Economia do Mar, estabelecendo as articulações institucionais e funcionais adequadas com outros centros de conhecimento dentro e fora da Região.

O desenvolvimento de programas de apoio ao empreendedorismo deverá constituir um campo prioritário da acção do Instituto para o Desenvolvimento do Conhecimento e da Economia do Mar (IDCEM) no quadro de parcerias a montar com outras instituições regionais vocacionadas para o efeito, nomeadamente com as “Business School” da Região.

Enquadram-se nesta Linha Estratégica projectos que visem:

- I. A criação de infra-estruturas científicas e tecnológicas e o apoio a Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica;
- II. O apoio a áreas de acolhimento empresarial especialmente vocacionadas para acolher iniciativas empresariais relacionadas com as actividades que fazem parte do *Cluster* do Mar;
- III. O desenvolvimento de projectos inovadores na área do Mar apoiando a realização de um conjunto de estudos e de acções que permitam assegurar a transição entre a ideia o negócio;
- IV. O apoio à realização de programas de formação na área da gestão que contribuam para fortalecer a capacidade de iniciativa e de desenvolvimento de negócios em actividades relacionadas com o Mar.

Os apoios a mobilizar para o desenvolvimento desta linha estratégica enquadram-se, nomeadamente, no âmbito dos eixos 1 e 2 do Programa Operacional Regional do Norte e dos eixos 4 e 5 do Programa Operacional Temático "Potencial Humano".

L7 Apoiar o desenvolvimento do transporte marítimo e a melhoria das condições de segurança marítima e das infra-estruturas portuárias.

O transporte marítimo apresenta um potencial de desenvolvimento importante no quadro da política europeia de transportes. As auto-estradas do Mar e o "*short sea shipping*" representam alternativas ao transporte rodoviário de mercadorias com reconhecidas vantagens do ponto de vista ambiental. A viabilização do modo marítimo implica, no entanto, a reorganização do sector e o desenvolvimento de condições portuárias que contribuam para a facilidade da operação em condições competitivas e de segurança relativamente aos outros modos de transporte, nomeadamente ao modo rodoviário. O desenvolvimento da inter-modalidade é, deste ponto de vista, relevante no sentido de assegurar, dentro de critérios de eficiência económica e de sustentabilidade, a adequada integração da cadeia de transportes.

A localização de Portugal e da Região do Norte no Sul do Arco Atlântico Europeu constitui uma posição privilegiada por referência às rotas marítimas Norte – Sul e Este – Oeste, que importa potenciar. O porto de Leixões apresenta, neste contexto, uma posição relevante no que respeita à auto-estrada marítima do Atlântico. O apetrechamento e a modernização dos portos da Região e a melhoria das suas articulações com o “*hinterland*” de forma a favorecer a inserção nas cadeias internacionais de transporte e de logística e a operação nas melhores condições de segurança, constituem objectivos importantes no âmbito dos Programas Regionais do Mar e dos Transportes.

Adquirem especial relevância no âmbito desta Linha Estratégica os projectos do novo molhe e terminal de passageiros do porto de Leixões bem como projectos que favoreçam a melhoria das condições de segurança das operações portuárias.

Num plano mais específico importa ainda considerar a melhoria das condições infra-estruturais e de funcionamento relacionadas com a descarga, o transporte, o armazenamento e a comercialização do pescado descarregado no porto de pesca de Matosinhos.

Podem enquadrar-se nesta Linha projectos que visem:

- I. O apoio à construção de infra-estruturas portuárias que contribuam para melhorar a competitividade dos portos e melhorar as respectivas condições de funcionamento e segurança;
- II. A melhoria de condições de funcionamento relativas à carga, descarga, armazenamento e transporte de mercadorias;
- III. A implementação de sistemas de informação que facilitem o funcionamento interno e a racionalização dos circuitos e dos procedimentos burocráticos e administrativos inerentes à sua actividade;
- IV. A criação de condições para o desenvolvimento das auto-estradas do Mar.

Os apoios a mobilizar para o desenvolvimento desta linha estratégica de desenvolvimento enquadram-se no Programa Operacional Temático “Valorização do Território” e no “Programa de Cooperação Transnacional Espaço Atlântico”.

L8 Valorizar o património marítimo regional, a náutica de recreio e turismo náutico.

A Região do Norte possui uma grande tradição marítima e uma forte ligação ao Mar, que conheceu diferentes formas de expressão ao longo dos tempos. Na época das descobertas, o Porto e a Região participaram activamente na construção de embarcações e no fornecimento de homens para incorporar as respectivas guarnições, o comércio marítimo e a criação de uma burguesia comercial com fortes relações ao Norte da Europa constituíram o principal factor de desenvolvimento da economia da cidade e da Região. No final do século XIX e no início do século XX, o transporte marítimo possibilitou a saída de importantes fluxos migratórios em direcção ao Brasil, a pesca, especialmente a pesca do bacalhau, e a indústria transformadora, marcaram em termos sociais e económicos, os espaços litorais da Região. Na actualidade assiste-se ao desenvolvimento de novas actividades com forte ligação ao Mar, nos campos económico, científico e do lazer.

A Região possui um importante património natural (por exemplo, rede natura do Litoral Norte) e cultural tangível (por exemplo, arquitectura militar, civil e religiosa) e intangível (tradições) ao longo da sua zona costeira, com destaque para os Municípios de Espinho, Porto, Matosinhos, Vila do Conde, Póvoa de Varzim, Viana do Castelo, entre outros. Este património está disperso, carecendo, nalguns casos, de valorização e de promoção. A Região apresenta, ainda, um conjunto de centros vocacionados para a divulgação científica da temática Mar de que constituem exemplos a estação Litoral da Aguda em Vila Nova de Gaia, o Projecto Rosa-dos-Ventos em Vila do Conde, a Fundação Gil Eannes em Viana do Castelo e o Acqua Museu do Rio Minho em Vila Nova de Cerveira.

Esta Linha Estratégica contribui para a consolidação e valorização das estruturas existentes e para a criação de novos projectos que tenham por missão a valorização e interpretação do património e do conhecimento relacionado com as temáticas do Mar e das comunidades marítimas. A valorização deste potencial em paralelo com a criação e desenvolvimento de um conjunto de condições de apoio à náutica de recreio (uma rede de marinas devidamente infra-estruturadas que disponibilizem serviços de apoio à náutica, geridas segundo um modelo empresarial), a criação de um conjunto de produtos de turismo náutico e de turismo costeiro constituem condições indispensáveis à valorização e aproveitamento do património marítimo que a Região possui.

Esta linha estratégica privilegiará o desenvolvimento de projectos que promovam, na sua elaboração e desenvolvimento, o envolvimento das comunidades marítimas das respectivas zonas, de forma a favorecer a emergência e a diversificação de actividades e a criação de novas oportunidades de emprego.

Enquadram-se nesta Linha projectos que visem:

- I. A reabilitação e dinamização do património histórico-cultural marítimo da Região;
- II. A construção de novos equipamentos de natureza cultural que organizem e valorizem, em rede, o património já existente;
- III. O desenvolvimento de conteúdos interpretativos de apoio à valorização do património marítimo da Região;
- IV. A construção ou expansão de marinas e o desenvolvimento de serviços de apoio à náutica que reforcem a atractividade internacional da Região;
- V. O desenvolvimento de produtos de turismo náutico e a promoção da náutica de recreio;
- VI. A realização de eventos náuticos que contribuam para o reforço da Região no plano internacional.

Os apoios a mobilizar para o desenvolvimento desta Linha Estratégica de desenvolvimento enquadram-se predominantemente no Eixo 2 Programa Operacional Regional do Norte e no Eixo 4 do Programa Operacional “Pesca”.

L9 Promover o desenvolvimento da educação e da formação nas áreas das ciências marinhas e da economia do mar de forma a favorecer a qualificação do sector e a empregabilidade.

O desenvolvimento da educação e da formação no domínio do Mar são factores chave para a empregabilidade, para o reforço do *Cluster* do Mar e para a segurança marítima. A presente Linha Estratégica tem uma dimensão transversal, cruzando todas as outras Linhas que compõem o Plano de Acção. Tem por objectivo favorecer a qualificação de jovens e adultos em áreas de actividade directa e indirectamente ligadas ao Mar, com especial incidência na área da segurança. Neste sentido importa qualificar a oferta formativa existente e reforçar a coordenação entre a acção do Forpescas – Centro de Formação Profissional das Pescas e de outras organizações que intervêm na área da formação em actividades relacionadas com o Mar (por exemplo, formação na área do Turismo) no sentido de adequar e ordenar a oferta formativa segundo as necessidades de desenvolvimento que se colocam neste domínio.

Podem enquadrar-se no âmbito desta Linha Estratégica programas de:

- I. Formação inicial para jovens em áreas de formação que correspondam a necessidades do mercado de trabalho não satisfeitas;
- II. Formação de jovens e adultos que promovam a dupla certificação;
- III. Formação-consultoria dirigidos à modernização de actividades e de empresas que operam no domínio da Economia Marítima.

Os apoios a mobilizar para o desenvolvimento desta Linha Estratégica de desenvolvimento enquadram-se nos Eixos 1, 2, 3 do Programa Operacional Temático “Potencial Humano” e ainda no Eixo 3 do Programa Operacional “Pesca”.

L10 Promover a cooperação transfronteiriça e transnacional no domínio do Mar.

A Região do Norte possui uma experiência significativa de cooperação transfronteiriça principalmente com a Galiza e de cooperação transnacional especialmente no âmbito do Espaço Atlântico. O tema Mar é relevante para estes dois espaços de cooperação, integrando o corpo principal de objectivos dos respectivos Programas.

A Região do Norte não poderá deixar de considerar a oportunidade que estes dois espaços de cooperação representam do ponto de vista das possibilidades de internacionalização das actividades e das empresas da Região, através do aproveitamento de relações de complementaridade e de escala favoráveis à penetração e reforço das suas posições em mercados externos.

Nesta Linha, as acções a desenvolver no âmbito da cooperação transnacional deverão obedecer ao conjunto de orientações estabelecidas pelos estudos estratégicos de cooperação transnacional e transfronteiriça promovidos pela CCDR-N.

No que respeita à cooperação transfronteiriça com a Galiza foi criado, sob a iniciativa da CCDR-N e da Xunta da Galícia, um grupo de trabalho misto envolvendo actores das duas Regiões sob a coordenação do CETMAR e do CIMAR. Foi desenvolvido um primeiro conjunto de projectos estruturantes de cooperação oportunamente candidados ao Programa de Cooperação Transfronteiriça Portugal-Espanha, em seis domínios prioritários:

- > Qualidade do Meio Marinho;
- > Recursos Marinhos;
- > Sector alimentar;
- > Biotecnologias e novos produtos;
- > Construção e reparação naval e náutica de recreio;
- > Cultura e turismo.

A estes seis domínios acrescem dois outros domínios transversais, a investigação e a formação, que continuam a ser objecto de trabalho em cooperação entre actores dos dois lados da fronteira. Do conjunto de trabalhos propostos emerge, como projecto estruturante da acção das duas Regiões com potencial de articulação dos resultados

de outros projectos, a criação de um Observatório Transfronteiriço sobre a situação do Meio Marinho Norte Portugal/Galiza.

No que respeita à cooperação transnacional, o estudo estratégico elaborado² recomenda que a Região assuma uma “postura muito mais proactiva em matéria de cooperação” de forma a servir um processo mais qualificado de internacionalização em favor da “qualificação e da diferenciação competitiva da Região”. Nas suas linhas de acção prioritárias, a referida estratégia aponta a “Promoção da internacionalização da excelência científica e tecnológica da Região e a sua integração em redes europeias avançadas” e o “Apoio à estruturação e organização de novos *clusters* e de sectores emergentes na economia da Região”, nomeadamente no domínio do Mar. Quer isto dizer que a cooperação inter-regional e transnacional deve ser encarada como uma oportunidade para favorecer a internacionalização da Região e dos seus potenciais mais promissores pelo que uma estratégia de cooperação no domínio do Mar deve orientar-se para o aprofundamento de um conjunto de parcerias estratégicas com territórios da União Europeia com experiências relevantes na Economia do Mar.

Destacam-se, deste ponto de vista, um conjunto de Regiões Atlânticas, além da Galiza, com as quais a Região do Norte tem interesse em cooperar na temática Mar, nomeadamente a Bretanha (que partilha com a região da PACA o Pólo Competitividade Mar), a Aquitaine (onde se destaca a importância do *Cluster* de “la glisse” organizado em torno do conjunto de actividades desportivas utilizadoras de prancha), o South West of England (*Cluster* do Mar de perfil diversificado englobando, nomeadamente, actividades de construção e reparação de iates, construção naval, turismo, investigação científica no domínio das Ciências do Mar), Astúrias (especialmente no que respeita à protecção e gestão das zonas costeiras).

O Programa Transnacional Espaço Atlântico constitui um instrumento relevante para apoiar a estratégia de cooperação transnacional no domínio do Mar através da Prioridade 1 – Promover a cooperação empresarial transnacional e as redes de inovação, da Prioridade 2 – Proteger e promover a sustentabilidade das zonas costeiras e ainda do Objectivo 4.3 da Prioridade 4 – Conservar e promover o património cultural do Atlântico de interesse transnacional.

² Estratégia de Cooperação Inter-regional e Transnacional da Região Norte, Quatenaire Portugal S.A. e Universidade Católica (Centro Regional do Porto), Janeiro de 2007.

5.4. Condições de pertinência dos projectos

O presente Plano de Acção define o conjunto de orientações estratégicas para a valorização do recurso Mar. A sua concretização depende, em grande medida, da capacidade de iniciativa e de realização dos diferentes actores regionais, da sua capacidade para montar bons projectos no âmbito das Linhas Estratégicas apresentadas e de, conseqüentemente, mobilizar o apoio dos instrumentos financeiros disponíveis. A qualidade dos projectos constitui uma variável decisiva para o sucesso do Plano. Enunciam-se, seguidamente, alguns requisitos a considerar do ponto de vista da pertinência dos projectos a integrar no âmbito da presente estratégia:

- > **Competitividade e sustentabilidade** em relação à capacidade dos projectos para promover o crescimento económico, o emprego e a internacionalização da Região, em condições de sustentabilidade ambiental; a viabilidade técnica, económica e financeira dos projectos constitui, à luz deste critério, uma condição indispensável a satisfazer obrigatoriamente;
- > **Coesão social** no sentido em que os projectos devem também contribuir para a valorização de comunidades desfavorecidas tradicionalmente ligadas ao exercício de actividades marítimas;
- > **Tangibilidade dos resultados** na medida em que os projectos devem apresentar um potencial de aplicação relevante e contribuir para o desenvolvimento das diferentes dimensões que integram a presente Agenda;
- > **Massa crítica** no sentido em que os projectos deverão ter suficiente dimensão para produzir efeitos significativos recorrendo, para o efeito, ao desenvolvimento de redes e à cooperação entre diferentes actores;
- > **Transversalidade** no sentido em que os projectos deverão contribuir para mais do que uma das Linhas Estratégicas estabelecidas, por exemplo projectos que apostem simultaneamente na valorização económica e na protecção ambiental ou na valorização do património cultural e na criação de empregos e/ou na diversificação de fontes de rendimento para comunidades marítimas desfavorecidas;
- > **Valor acrescentado da cooperação** no sentido em que os projectos de cooperação transfronteiriça e transnacional devem trazer um valor acrescentado inequívoco por referência à estratégia de desenvolvimento da Região;

> Conformidade com o estabelecido nos planos de ordenamento, nos planos de orla costeira e noutros planos ou documentos vinculativos por referência às actividades em causa.

5.5. Visão sinóptica dos instrumentos financeiros disponíveis

A matriz seguinte apresenta em síntese, uma visão sinóptica dos instrumentos disponíveis à data para enquadrar os apoios ao desenvolvimento de cada uma das Linhas de Acção que integram a presente estratégia. Cruza, para o efeito, Linhas Estratégicas e Instrumentos Financeiros, especificando para cada cruzamento, o tipo de enquadramento mais pertinente.

TABELA 3 Visão sinóptica dos instrumentos financeiros disponíveis

	ON.2 – O Novo Norte	Programa Operacional Potencial Humano	Programa Operacional Valorização do Território	Programa Operacional Factores de Competitividade	Programa Operacional PESCA	Programa Coop. Trans. Espaço Atlântico
L1 Promover a conservação, exploração e a gestão de ecossistemas costeiros e das bacias hidrográficas	Eixo 3 ⁽¹⁾: > Valorização e Qualificação Ambiental e Territorial	Eixo 4: > Investigação ⁽³⁾	Eixo 3: > Prevenção e gestão de riscos das zonas costeiras ⁽²⁾ ; > Combate à erosão e defesa costeira ⁽²⁾		Eixo 4: > Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca ⁽¹¹⁾	
L2 Desenvolver bens e serviços transaccionáveis no domínio da Economia do Mar com recurso, nomeadamente, ao desenvolvimento e aplicação de novas tecnologias ao meio marinho	Eixo 2 ⁽⁵⁾: > Promoção da iniciativa empresarial associada a novos usos económicos do Mar	Eixo 4: > Investigação ⁽³⁾				

¹⁾ Regulamentos Específicos: Acções de Valorização do Litoral; Acções de Valorização e Qualificação Ambiental

²⁾ Regulamentos Específicos: Combate à Erosão e Defesa Costeira; Prevenção e Gestão dos Riscos

³⁾ Regulamento Específico: Bolsas de Formação Avançada

⁵⁾ Regulamento Específico: Valorização Económica dos Recursos Específicos

¹¹⁾ Regulamento do Regime de Apoio das Acções Previstas na medida «Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca»

TABELA 3 Visão sinóptica dos instrumentos financeiros disponíveis (cont.)

	ON.2 – O Novo Norte	Programa Operacional Potencial Humano	Programa Operacional Valorização do Território	Programa Operacional Factores de Competitividade	Programa Operacional PESCA	Programa Coop. Trans. Espaço Atlântico
L3 Promover a qualidade e a valorização dos produtos da pesca e da aquicultura e a segurança alimentar	Eixo 2 ⁽⁵⁾ : > Promoção da iniciativa empresarial associada à prestação de serviços nas áreas da qualidade e da conservação de pescado	Eixo 4: > Investigação ⁽³⁾			Eixo 3 ⁽⁹⁾ : > Adopção de medidas de protecção e despoluição de zonas sensíveis ⁽¹⁰⁾ ; > Promoção de métodos que reduzam as capturas acessórias	
L4 Desenvolver novas tecnologias de produção de peixes, de bivalves e de outras espécies e a sustentabilidade da aquicultura	Eixo 2 ⁽⁵⁾ : > Promoção da Economia do Mar	Eixo 4: > Promoção do emprego científico e da Investigação ⁽³⁾			Eixo 2: > Aposta na produção sustentável de novas espécies e na qualidade dos produtos ^(7,8)	

⁽³⁾ Regulamento Específico: Bolsas de Formação Avançada⁽⁵⁾ Regulamento Específico: Valorização Económica dos Recursos Específicos⁽⁷⁾ Regulamento do Regime de Apoio aos Investimentos Produtivos na Aquicultura⁽⁸⁾ Regulamento do Regime de Apoio aos Investimentos nos domínios da Transformação e da Comercialização dos Produtos da Pesca e da Aquicultura⁽¹⁰⁾ Regulamento do Regime de Apoio aos Investimentos nos Domínios do Desenvolvimento de novos Mercados e Campanhas Promocionais

TABELA 3 Visão sinóptica dos instrumentos financeiros disponíveis (cont.)

	ON.2 – O Novo Norte	Programa Operacional Potencial Humano	Programa Operacional Valorização do Território	Programa Operacional Factores de Competitividade	Programa Operacional PESCA	Programa Coop. Trans. Espaço Atlântico
L5 Promover o desenvolvimento do <i>Cluster</i> “Conhecimento e Economia do Mar”	Eixo 2 ⁽⁵⁾ : > Promoção da Economia do Mar	Eixo 4: > Investição ⁽³⁾		Eixo 1: > Iniciativas de articulação das empresas com os centros de I&D ⁽⁴⁾ Eixo 2: > Iniciativa empresarial	Eixo 1: > Modernização das actividades tradicionais Eixo 2: > Aquicultura ^(7, 8) Eixo 3 ⁽⁹⁾ : > Desenvolvimento sustentável das actividades produtivas do sector da pesca e aquicultura	
L6 Reforçar a investigação e desenvolvimento nas áreas das ciências marinhas e fomentar o empreendedorismo em actividades da Economia do Mar	Eixo 1: > Promoção da Inovação e do Conhecimento ⁽⁴⁾ Eixo 2 ⁽⁵⁾ : > Promoção da Economia do Mar	Eixo 4: > Investição ⁽³⁾ Eixo 5: > Fomento do Empreendedorismo ⁽⁶⁾				

⁽³⁾ Regulamento Específico: Bolsas de Formação Avançada

⁽⁴⁾ Regulamento Específico: Sistema de Incentivos à Investigação e Desenvolvimento Tecnológico

⁽⁵⁾ Regulamento Específico: Valorização Económica dos Recursos Específicos

⁽⁶⁾ Regulamento Específico: Apoio ao Empreendedorismo e Transição para a Vida Activa

⁽⁷⁾ Regulamento do Regime de Apoio aos Investimentos Produtivos na Aquicultura

⁽⁸⁾ Regulamento do Regime de Apoio aos Investimentos nos domínios da Transformação e da Comercialização dos Produtos da Pesca e da Aquicultura

⁽⁹⁾ Regulamento do Regime de Apoio às Acções Colectivas

TABELA 3 Visão sinóptica dos instrumentos financeiros disponíveis (cont.)

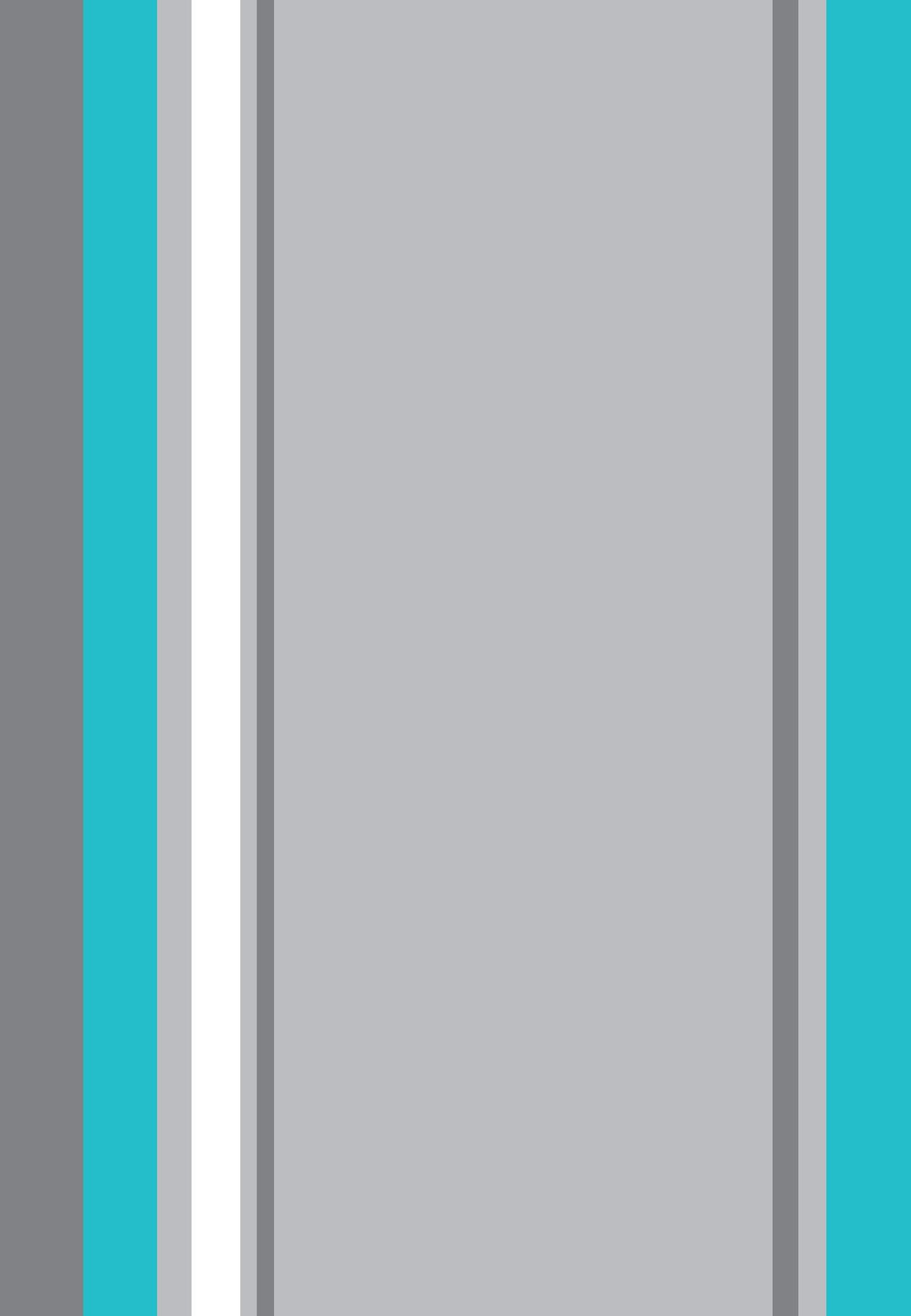
	ON.2 – O Novo Norte	Programa Operacional Potencial Humano	Programa Operacional Valorização do Território	Programa Operacional Factores de Competitividade	Programa Operacional PESCA	Programa Coop. Trans. Espaço Atlântico
L7 Apoiar o desenvolvimento do transporte marítimo e a melhoria das condições de segurança marítima e das infra-estruturas portuárias			Eixo 7: > Infra-Estruturas para a Conectividade Territorial, no que se refere ao desenvolvimento das Auto-Estradas do Mar			Eixo 3: > Melhoria das acessibilidades > Promoção do projecto prioritário “Auto Estradas do Mar” no âmbito da rede transeuropeia de transporte (RTT)
L8 Valorizar o património marítimo regional, a náutica de recreio e turismo náutico	Eixo 2 ⁽⁶⁾: > Promoção da Economia do Mar				Eixo 4: > Valorização do património marítimo da Região ⁽¹¹⁾	

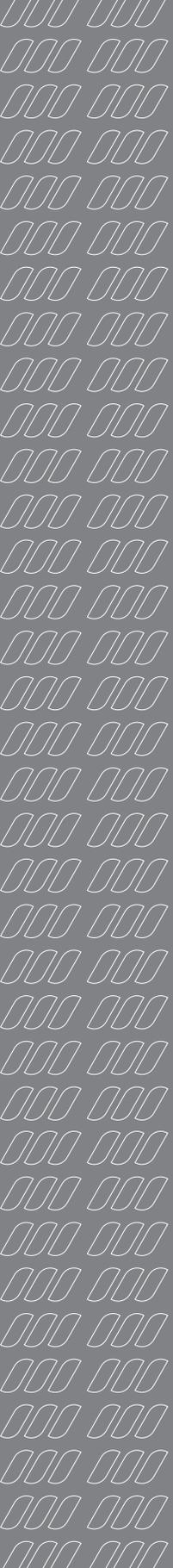
⁽⁶⁾ Regulamento Específico: Valorização Económica dos Recursos Específicos⁽¹¹⁾ Regulamento do Regime de Apoio das Acções Previstas na medida «Desenvolvimento Sustentável das Zonas de Pesca»

TABELA 3 Visão sinóptica dos instrumentos financeiros disponíveis (cont.)

	ON.2 – O Novo Norte	Programa Operacional Potencial Humano	Programa Operacional Valorização do Território	Programa Operacional Factores de Competitividade	Programa Operacional PESCA	Programa Coop. Trans. Espaço Atlântico
L9 Promover o desenvolvimento da educação e da formação nas áreas das ciências marinhas e da economia do mar de forma a favorecer a qualificação do sector e a empregabilidade		<p>Eixo 1:</p> <ul style="list-style-type: none"> > Qualificação inicial dos jovens <p>Eixo 2:</p> <ul style="list-style-type: none"> > Reforço da qualificação da população adulta activa <p>Eixo 3:</p> <ul style="list-style-type: none"> > Gestão e Aperfeiçoamento Profissional 			<p>Eixo 3:</p> <ul style="list-style-type: none"> > Melhorar as condições técnicas e profissionais ⁽⁹⁾ 	
L10 Promover a cooperação transfronteiriça e transnacional no domínio do Mar						<p>Eixo 1:</p> <ul style="list-style-type: none"> > Promoção da cooperação empresarial transnacional e as redes de Inovação <p>Eixo 2:</p> <ul style="list-style-type: none"> > Protecção e promoção da sustentabilidade das zonas costeiras <p>Eixo 4:</p> <ul style="list-style-type: none"> > Promoção da cooperação inter-regional

⁽⁹⁾ Regulamento do Regime de Apoio às Acções Colectivas





6

Modelo de
Governança

6. Modelo de Governação

A coordenação transversal de políticas e a articulação entre vários níveis de poder coloca como um dos aspectos centrais de uma política para o Mar a questão da concertação, da integração e da coordenação de políticas, ou seja a questão da governança. O presente Plano constitui um referencial de desenvolvimento estratégico dinâmico que serve de base ao lançamento e ao desenvolvimento de intervenções no domínio do Mar. O Plano de Acção corporiza a ambição de se constituir como plataforma de suporte a um processo evolutivo, aberto à participação dos diferentes actores e à coordenação das suas intervenções.

Um dos aspectos essenciais a garantir do ponto de vista da gestão e da regulação do Plano é a existência de informação estratégica que permita o conheci-

mento mais aprofundado do contexto e o acompanhamento das principais realizações.

A gestão estratégica do presente Plano de Acção é da responsabilidade de um **Comité de Pilotagem** presidido pela CCDR-N e constituído por um conjunto de instituições públicas responsáveis na Região pelas principais áreas de política relacionadas com a temática e também por entidades representativas dos espaços litorais em presença.

O **Comité de Pilotagem** será um espaço privilegiado de articulação e de coordenação intersectorial e de articulação territorial das diversas iniciativas e projectos, que terá por principal responsabilidade e implementação do Plano de Acção e a sua regulação.

As competências inerentes ao **Comité de Pilotagem** constam no respectivo Regulamento Interno e são, nomeadamente, as seguintes:

- 1 Coordenar a elaboração do Plano de Acção;
- 2 Coordenar, gerir e dinamizar o Plano de Acção;
- 3 Preparar e elaborar propostas de desenvolvimento, em concreto, das diligências tendentes à boa execução física e financeira e seguimento dos programas de acção, projectos e iniciativas integradas no Plano de Acção;
- 4 Desenvolver, em concreto, o processo de elaboração da proposta de programação anual do Plano de Acção e seu envio, dentro dos prazos que venham a ser estabelecidos, para apreciação do Conselho de Coordenação Inter-sectorial;
- 5 Elaborar relatórios semestrais de progresso do Plano de Acção e seu envio, dentro dos prazos que venham a ser estabelecidos, para apreciação do Conselho de Coordenação Inter-sectorial, após parecer da Comissão de Acompanhamento do Plano de Acção;
- 6 Debater, preparar e propor as decisões do Conselho de Coordenação Inter-sectorial necessárias aos eventuais ajustamentos, reorientações ou mesmo novas acções a inscrever no Plano de Acção;
- 7 Coordenar a preparação de contributos relativamente aos documentos de enquadramento financeiro e regulamentar de operacionalização do Plano de Acção, bem como sobre a montagem técnica, financeira e institucional dos programas, projectos e iniciativas integradas no Plano de Acção;
- 8 Desenvolver, em concreto, as condições de base do sistema de monitorização do respectivo Plano de Acção;
- 9 Adoptar a constituição de grupos de trabalho de âmbito multisectorial envolvendo, nomeadamente, os responsáveis pelos serviços desconcentrados (ou, em sua substituição, técnicos da administração pública por eles designados) e representantes de instituições públicas e privadas directamente interessadas nos temas prioritários do Plano de Acção, com vista a desenvolver as acções tendentes à respectiva dinamização e seguimento (por exemplo, elaborar os termos de referência

de estudos, apoiar a montagem técnica, financeira e institucional de iniciativas e projectos âncora, propor metodologias de intervenção integradas em sectores com especiais problemas ou definir critérios e metodologias de seguimento e monitorização do Plano de Acção);

10 Desenvolver diligências tendentes a assegurar o respeito de todos os compromissos nos prazos previstos, bem como a solução de eventuais disfunções nos dispositivos previstos e/ ou dificuldades de execução do Plano de Acção, nos tempos ou nos moldes previstos.

TABELA 4 Composição do Comité de Pilotagem

Composição do Comité de Pilotagem

- > Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte – CCDR-N
 - > Direcção Regional de Economia do Norte – DRE-Norte
 - > ADETURN
 - > Administração dos Recursos Hídricos – ARH
 - > Instituto de Emprego e Formação Profissional – IEFP
 - > APDL
 - > Estrutura de Missão para os Assuntos do Mar – EMAM
 - > Direcção Regional das Pescas e Agricultura do Norte
 - > Universidade do Porto
 - > Universidade de Aveiro
-

Os trabalhos de coordenação e apoio técnico-científico e operacional ao Comité de Pilotagem e, em particular, ao respectivo Plano de Acção, serão assegurados por um Perito – Coordenador e estrutura de apoio técnico da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte. Para o efeito a CCDR-N poderá solicitar a participação técnica de uma Estrutura Externa.

O acompanhamento do Plano é da responsabilidade do “**Conselho Regional para o Mar**”, órgão consultivo cuja composição integra diferentes tipos de actores regionais representativos dos domínios objecto do Plano, a quem competirá a elaboração de parecer sobre os relatórios de progresso preparados pelo Comité de Pilotagem e a elaboração de propostas e de recomendações para o desenvolvimento do Plano.

As competências inerentes ao **Conselho Regional para o Mar** constam no respectivo Regulamento Interno e são, nomeadamente, as seguintes:

- 1 Monitorização da execução do Plano de Acção e das respectivas iniciativas e projectos, quer numa perspectiva qualitativa, quer no que se refere ao grau de convergência apresentado em relação às principais metas quantificadas, indicadores de realização e de resultado.
- 2 Pronunciar-se sobre os relatórios de progresso anuais e final do Plano de Acção, apreciando os resultados intercalares e finais do mesmo.
- 3 Pronunciar-se sobre a proposta de Plano de Acção, bem como sobre as respectivas propostas de reprogramação e de implementação.
- 4 Fornecer sugestões e apresentar propostas no âmbito do processo de elaboração e de execução do Plano de acção, bem como sobre os respectivos mecanismos de implementação.
- 5 Efectuar recomendações para o desenvolvimento do Domínio do Mar no Norte de Portugal, constituindo-se como um espaço de reflexão e acompanhamento das dinâmicas que lhe são inerentes e fornecendo contributos e orientações para a definição e execução de estratégias para o sector, ao nível da região.

TABELA 5 Composição do Conselho Regional para o Mar

Composição do Conselho Regional para o Mar

- > Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte – CCDR-N;
- > Presidente do Conselho Regional;
- > 3B's Research Group – Universidade do Minho;
- > ADETURN – Associação para o Desenvolvimento do Turismo na Região do Norte;
- > ANAQUA – Associação Portuguesa de Aquacultores;
- > ANICP – Associação Nacional dos Industriais de Conservas de Peixe;
- > APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões;
- > ARH – Administração da Região Hidrográfica do Norte;
- > ARNPD – Associação Regional do Norte de Pesca Desportiva;
- > Associação de Aquacultores de Portugal;
- > Associação Intercéltica – Projecto NEA “Nautisme Espace Atlantique”;
- > Associação Regional de Vela do Norte;
- > CCIGE – Centro de Investigação em Ciências Geo-Espaciais;
- > CEHRA – Centro de Hidráulica, Recursos Hídricos e Ambiente;
- > CESAM – Centro de Estudos do Ambiente e do Mar;
- > CIBIO – Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos;
- > CIIMAR – Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental;
- > Clube de Vela Atlântico;
- > Clube Naval de Leça;
- > Clube Naval Povoense;
- > CRIP Norte do IPIMAR;
- > Direcção Geral das Pescas e Aquicultura;
- > DOCAPESCA da Póvoa de Varzim;
- > DOCAPESCA de Matosinhos;
- > DOCAPESCA de Viana do Castelo;
- > Douro Azul Turismo, Lda.;
- > DRAP-Norte – Direcção Regional e Agricultura e Pescas do Norte;
- > DRE-NORTE – Direcção Regional da Economia do Norte;
- > Escola Superior de Biotecnologia da Universidade do Porto;

Composição do Conselho Regional para o Mar

- > Estaleiros Navais de Viana do Castelo;
- > Estaleiros Navais Postiga & Feiteira, Lda;
- > Estaleiros Samuel & Filhos, Lda;
- > Estrutura de Missão para Assuntos do Mar;
- > INEGI – Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial;
- > Instituto do Emprego e Formação Profissional – IEFP Delegação do Norte;
- > ISR – Instituto de Sistemas e Robótica Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto;
- > LSRE – Laboratório de Processos de Separação e Reacção;
- > MARIBÉRICA – Sociedade de Produtos Alimentares, SA;
- > PROPEIXE – Cooperativa de Produtores de Peixe do Norte, CRL;
- > RAMIREZ & Ca (Filhos) SA;
- > Representante NUT III Grande Porto na CA do PO Norte;
- > Representante NUT III Minho/Lima na CA do PO Norte;
- > Representante NUT III Vale do Cávado na CA do PO Norte;
- > SANAMAR – Comércio, Importação e Exportação de Produtos Alimentares, Lda.;
- > SOCRENAVAL – Sociedade de Querenagem e Construção Naval do Rio Douro, Lda.;
- > SOUNETE – Fábrica de Aprestos Metálicos, Lda.;
- > Universidade de Aveiro;
- > Universidade do Porto;
- > VALIMAR;
- > VIANAPESCA – Organização de Produtores de Peixe de Viana do Castelo, CRL.

O presente Plano de Acção “Mar” foi oportunamente aprovado pelo Comité de Pilotagem e pelo Conselho Regional para o Mar.

Anexos

I – Elementos de caracterização económica de alguns sectores e actividades da economia marítima da Região

PARTE I – Indicadores Gerais

TABELA 1 Área, perímetro, extensão máxima e altimetria por NUTS II, 2006

	Área		Perímetro						Comprimento Máximo		Altitude	
			Total		Linha de Costa		Fronteira Terrestre		Norte Sul	Este Oeste	Max.	Min.
	Km ²	%			Inter-nacional	Inter-regional	Km					
PORTUGAL	92090,1	100%	4071	100%	2751	100%	1319	//	1400	2200	2351	0
Continente	88967,1	97%	2731	67%	1411	51%	1319	//	576	281	1993	0
Norte	21286,4	23%	1066,9	26%	151	5%	568	348	155	224	1527	0
Centro	28198,5	31%	1319,0	32%	279	10%	270	770	235	234	1993	0
Lisboa	2934,8	3%	675,3	17%	400	15%	0	276	73	88	528	0
Alentejo	31551,4	34%	1394,2	34%	263	10%	432	699	260	181	1027	0
Algarve	4996,0	5%	583,9	14%	318	12%	50	216	63	142	902	0

Fonte: INE, 2007

PARTE II – Indicadores relativos às actividades da Pesca e Agricultura

TABELA 2 Valor Acrescentado Bruto da Pesca por região NUTS I e II

Regiões	2003	2004	2005	2006
PORTUGAL	399	387	374	368
Continente	328	314	300	273
Norte	59	48	36	28
Centro	75	67	67	58
Lisboa	66	68	64	67
Alentejo	24	25	24	22
Algarve	105	106	109	98
R. A. Açores	46	48	52	65
R. A. Madeira	25	25	22	31
Extra-regio	0	0	0	0

Unidade: milhões de Euros

Fonte: Contas Regionais 1995-2005/2006

TABELA 3 Produtividade no Sector das Pescas

Regiões	2003	2004	2005	2006
PORTUGAL	22,03	20,92	21,43	22,11
Continente	22,83	21,34	21,72	20,36
Norte	12,08	9,59	7,85	6,80
Centro	23,31	20,06	21,60	16,32
Lisboa	37,60	37,33	34,05	34,31
Alentejo	41,01	43,38	41,59	33,16
Algarve	26,34	26,92	29,48	31,43
R. A. Açores	14,92	15,70	17,67	26,21
R. A. Madeira	38,63	34,38	31,73	39,36
Extra-regio	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota: Elaboração própria da CCDR-N

TABELA 4 Emprego na Pesca indivíduos total por Região NUTS I e II

Regiões	2003		2004		2005		2006	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%
PORTUGAL	18,1	100%	18,5	100%	17,4	100%	16,6	100%
Continente	14,4	79%	14,7	80%	13,8	79%	13,4	80%
Norte	4,8	27%	5,0	27%	4,5	26%	4,1	25%
Centro	3,2	18%	3,4	18%	3,1	18%	3,5	21%
Lisboa	1,8	10%	1,8	10%	1,9	11%	2,0	12%
Alentejo	0,6	3%	0,6	3%	0,6	3%	0,7	4%
Algarve	4,0	22%	3,9	21%	3,7	21%	3,1	19%
R. A. Açores	3,1	17%	3,1	17%	2,9	17%	2,5	15%
R. A. Madeira	0,6	4%	0,7	4%	0,7	4%	0,8	5%
Extra-regio	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%

Unidade: milhares de pessoas

Fonte: Contas Regionais 1995-2005/2006

TABELA 5 População residente e activa com profissão, total e com actividade económica na pesca, por NUTS II

PORTUGAL

Regiões	População Residente		Activa com profissão de 12 ou mais anos	Da qual na pesca					Membro activo de cooperativa	Outra situação
	N.º	%		Total	Patrões	Trabalhador por conta própria	Trabalhador familiar não remunerado	Trabalhador por conta de outrem		
15 – IV – 1991	9.867.147		4.129.709	1.900	4.719	225	19.702	178	116	
12 – III – 2001 (a)	10.356.117		4.650.947	2.572	1.778	78	11.524	28	68	

CONTINENTE

Regiões	População Residente		Activa com profissão de 12 ou mais anos	Da qual na pesca										Membro activo de cooperativa	Outra situação			
	N.º	%		Total	Patrões		Trabalhador por conta própria		Trabalhador familiar não remunerado		Trabalhador por conta de outrem							
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%		
12 – III – 2001 (a)	9.869.343	100%	4.450.711	100%	13.837	100%	2.234	100%	1.614	100%	60	100%	9.840	100%	26	100%	63	100%
Norte	3.687.293	37%	1.656.103	37%	3.946	29%	469	21%	150	9%	11	18%	3.299	34%	2	8%	15	24%
Centro	2.348.397	24%	1.006.373	23%	3.791	27%	437	20%	391	24%	18	30%	2.919	30%	17	65%	9	14%
Lisboa	2.661.850	27%	1.284.673	29%	2.429	18%	537	24%	261	16%	13	22%	1.587	16%	6	23%	25	40%
Alentejo	776.585	8%	323.167	7%	611	4%	196	9%	123	8%	6	10%	283	3%	0	0%	3	5%
Algarve	395.218	4%	180.395	4%	3.060	22%	595	27%	689	43%	12	20%	1.752	18%	1	4%	11	17%

Origem: Recenseamento Geral da População
(a) De 15 e mais anos, no recenseamento de 12-III de 2001
Fonte: INE, 2007

TABELA 6 População residente e activa na pesca, por classes de idades, por NUTS II, em 2001

NUTS II	População residente e activa na pesca		Classes de idade												Idade média ou ponderada
	N.º	%	15 a 24 anos		25 a 34 anos		35 a 44 anos		45 a 54 anos		55 a 64 anos		65 ou mais anos		
			N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	
Norte	3.946	25%	353	25%	945	28%	1.188	26%	1.032	24%	391	20%	37	10%	40,1
Centro	3.791	24%	293	21%	777	23%	1.167	25%	1.141	27%	345	17%	68	18%	41,3
Lisboa	2.429	15%	193	14%	438	13%	638	14%	661	15%	381	19%	118	31%	43,5
Alentejo	611	4%	35	2%	103	3%	182	4%	174	4%	101	5%	16	4%	43,6
Algarve	3.060	19%	158	11%	543	16%	816	18%	833	19%	596	30%	114	30%	44,5
Açores	1.392	9%	291	21%	392	12%	345	7%	239	6%	115	6%	10	3%	36,1
Madeira	819	5%	84	6%	195	6%	268	6%	208	5%	52	3%	12	3%	39,3
Continente	13.837	86%	1.032	73%	2.806	83%	3.991	87%	3.841	90%	1.814	92%	353	94%	42,1
PORTUGAL	16.048	100%	1.407	100%	3.393	100%	4.604	100%	4.288	100%	1.981	100%	375	100%	41,5

Origem: Recenseamento Geral da População 2001

Fonte: INE, 2007

TABELA 7 População residente e activa na pesca, por nível de ensino, por NUTS II, em 2001

NUTS II	População residente e activa na pesca		Nível de ensino																
			Nenhum		Ensino básico			2º ciclo			3º ciclo			Ensino secundário		Ensino médio		Ensino superior	
			N.ª	%	N.ª	%	N.ª	%	N.ª	%	N.ª	%	N.ª	%	N.ª	%	N.ª	%	N.ª
Norte	3.946	25%	76	12%	2.310	26%	984	30%	332	21%	332	21%	205	17%	4	16%	35	11%	
Centro	3.791	24%	60	9%	2.013	22%	892	28%	402	25%	402	25%	313	25%	9	36%	102	33%	
Lisboa	2.429	15%	143	22%	1.156	13%	357	11%	337	21%	337	21%	334	27%	7	28%	95	30%	
Alentejo	611	4%	44	7%	385	4%	86	3%	50	3%	50	3%	31	3%	1	4%	14	4%	
Algarve	3.060	19%	179	28%	1.700	19%	511	16%	342	21%	342	21%	274	22%	2	8%	52	17%	
Açores	1.392	9%	76	12%	870	10%	305	9%	83	5%	83	5%	49	4%	2	8%	7	2%	
Madeira	819	5%	69	11%	534	6%	108	3%	70	4%	70	4%	30	2%	0	0%	8	3%	
Continente	13.837	86%	502	78%	7.564	84%	2.830	87%	1.463	91%	1.463	91%	1.157	94%	23	92%	298	95%	
PORTUGAL	16.048	100%	647	100%	8.968	100%	3.243	100%	1.616	100%	1.616	100%	1.236	100%	25	100%	313	100%	

Origem: Recenseamento Geral da População 2001

Fonte: INE, 2007

TABELA 8 Descargas de pescado fresco e refrigerado efectuadas pelas Organizações de Produtores (OP), por NUTS II, segundo as principais espécies

Espécies		Continente	Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve	
		t	t	%	t	%	t	%	t	%	t	%
TOTAL	2005	91.315	20.135	22%	34.931	38%	11.137	12%	7.190	8%	17.922	20%
	2006	86.622	22.795	26%	32.230	37%	11.487	13%	6.824	8%	13.285	15%
	2007	102.437	25.624	25%	39.295	38%	13.899	14%	7.861	8%	15.758	15%
Sardinha	2005	45.785	14.146	31%	17.519	38%	3.088	7%	4.947	11%	6.085	13%
	2006	44.166	16.132	37%	15.922	36%	2.303	5%	4.830	11%	4.980	11%
	2007	53.895	19.055	35%	24.160	45%	2.010	4%	4.771	9%	3.900	7%
Cavala	2005	9.802	1.276	13%	3.757	38%	592	6%	441	5%	3.736	38%
	2006	8.488	2.305	27%	1.602	19%	1.369	16%	920	11%	2.293	27%
	2007	14.120	2.311	16%	2.027	14%	3.145	22%	1.271	9%	5.367	38%
Sarda	2005	1.192	326	27%	705	59%	108	9%	5	0%	48	4%
	2006	660	168	25%	400	61%	52	8%	3	0%	37	6%
	2007	423	62	15%	306	72%	27	6%	2	0%	26	6%
Carapau	2005	11.306	1.911	17%	5.310	47%	1.705	15%	360	3%	2.021	18%
	2006	12.093	1.747	14%	5.641	47%	2.289	19%	391	3%	2.026	17%
	2007	10.737	801	7%	3.900	36%	3.231	30%	529	5%	2.276	21%
Verdinho	2005	4.523	715	16%	406	9%	505	11%	1.276	28%	1.621	36%
	2006	2.131	223	10%	451	21%	334	16%	539	25%	585	27%
	2007	3.605	1.033	29%	483	13%	221	6%	1.173	33%	695	19%
Outras	2005	18.707	1.761	9%	7.234	39%	5.141	27%	161	1%	4.410	24%
	2006	19.083	2.220	12%	8.215	43%	5.141	27%	143	1%	3.365	18%
	2007	19.656	2.362	12%	8.420	43%	5.264	27%	116	1%	3.494	18%

Fonte: INE, 2007

TABELA 9 Pescado retirado, por NUTS II, segundo as espécies

Principais espécies	Portugal																								
	Total		Norte		Centro		Lisboa		Alentejo		Algarve		Açores		Madeira										
	t	1000 euros	t	%	t	%	t	%	t	%	t	%	t	%	t	%									
TOTAL																									
2006	7.934	2.674	7.750	2.589	3.808	48%	1.222	2.981	38%	1.019	780	10%	283	0	0%	182	2%	65	184	2%	84	0	0%	0	0%
2007	5.657	1.774	5.603	1.735	3.048	54%	953	2.014	36%	626	497	9%	145	0	0%	44	1%	12	54	1%	39	0	0%	0	0%
Carapau	42	39	8	5	1	3%	1	0	0%	0	7	16%	4	0	0%	0	0%	0	34	81%	34	0	0%	0	0%
Cavala	-	0	-	0	0	0%	0	-	-	0	-	-	0	0	0%	0	0%	0	0	0%	0	0	0%	0	0%
Congro ou Safio	1	2	1	2	1	0%	1	1	66%	1	0	0%	0	0	0%	0	0%	0	0	0%	0	0	0	0%	0%
Faneca	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0	-	0	0	-	0	-	0	0	-	0	0	0	-	0
Raias	2	3	2	3	0	0%	0	2	100%	3	0	0%	0	0	0%	0	0%	0	0	0%	0	0	0	0%	0%
Ruivo	0	0	0	0	0	0%	0	0	0%	0	0	0%	0	0	0%	0	0%	0	0	0%	0	0	0	0%	0%
Sarda	389	89	371	85	4	4%	4	144	37%	31	186	48%	44	0	0%	25	6%	6	18	5%	4	0	0%	0	0%
Sardinha	5.218	1.638	5.217	1.638	947	58%	947	1.863	36%	588	304	6%	97	0	0%	19	0%	6	1	0%	?	0	0%	0	0%
Biqueirão	4	2	4	2	0	0%	0	4	100%	2	0	0%	0	0	0%	0	0%	0	0	0%	0	0	0	0%	0%
Peixe-es-pada preto	0	0	0	0	0	0%	0	0	0%	0	0	0%	0	0	0%	0	0%	0	0	0%	0	0	0	0%	0%
Verdinho	0	0	0	0	0	0%	0	0	0%	0	0	0%	0	0	0%	0	0%	0	0	0%	0	0	0	0%	0%

Origem: Recenseamento Geral da População 2001
Fonte: INE, 2007

TABELA 10 Número de empresas e pessoal ao serviço na indústria transformadora da pesca e aquicultura, por NUTS II

NUTS II	2004			2005			2006					
	Empresas		Pessoal ao serviço	Empresas		Pessoal ao serviço	Empresas		Pessoal ao serviço			
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%		
PORTUGAL	143	100%	5.854	100%	150	100%	6.149	100%	166	100%	6.387	100%
Continente	132	92%	5.013	86%	139	93%	5.217	85%	153	92%	-	-
Norte	40	28%	1.714	29%	40	27%	1.714	28%	41	25%	-	-
Centro	49	34%	2.114	36%	50	33%	2.260	37%	60	36%	2.544	40%
Lisboa	22	15%	651	11%	23	15%	723	12%	24	14%	817	13%
Alentejo	5	3%	237	4%	7	5%	237	4%	8	5%	229	4%
Algarve	16	11%	297	5%	19	13%	283	5%	20	12%	246	4%
Açores	9	6%	-	-	9	6%	-	-	11	7%	-	-
Madeira	2	1%	-	-	2	1%	-	-	2	1%	-	-

Origem: Sistema de Contas Integradas das Empresas

Fonte: INE, 2007

TABELA 11 Produção de aquicultura em águas interiores e oceânicas, por NUTS II

NUTS II	Total																	
	t	%	1000 euros		Total		Extensivo		Intensivo		Semi-intensivo		Total		Total		Total	
			t	1000 euros	t	1000 euros	t	1000 euros	t	1000 euros	t	1000 euros	t	1000 euros	t	1000 euros	t	1000 euros
2005 RV	6.695	-	34.485	1.834	0	0	845	1.833	1	5.850	32.651	2.630	15.377	566	3.623	2.655	13.651	
2006	7.893	100%	43.238	2.069	0	0	947	2.066	1	6.946	41.168	3.334	22.163	915	5.276	2.696	13.729	
Continente	7.493	95%	41.109	2.069	0	0	947	2.066	1	6.546	39.040	3.334	22.163	515	3.148	2.696	13.729	
Norte	923	12%	2.202	1.933	0	0	887	1.930	1	36	269	0	0	36	269	0	0	
Centro	1.299	16%	5.575	122	0	0	56	122	0	1.243	5.453	425	785	155	1.166	663	3.502	
Lisboa	724	9%	3.826	0	0	0	0	0	0	724	3.826	368	1.590	0	0	356	2.236	
Alentejo	757	10%	4.362	15	0	0	4	15	0	753	4.347	200	1.444	111	581	442	2.322	
Algarve	3.790	48%	25.145	0	0	0	0	0	0	3.790	25.145	2.341	18.344	213	1.131	1.235	5.669	
Madeira	400	5%	2.128	0	0	0	0	0	0	400	2.128	0	0	400	2.128	0	0	

Fonte: INE, 2007

PARTE III – Atividades Náuticas

TABELA 12 Indicadores Gerais

Indicador	Norte	Galiza	Portugal	Espanha
Infra-estruturas	4	29	38	315
N.º Lugares	1.925	6.726	10.893	107.894
N.º Embarcações	10.504	23.315	73.763	207.732

TABELA 13 Indicadores Gerais na Região do Norte

Indicador	Universo	Vol. Negócios	Postos de Trabalho	Vol. Investimento
Infra-estruturas	66	Me 0,806	29	Me 40 *
Empresas de Animação Turística e Operadores Marítimo-Turísticos	96	Me 12.463,8	461	Me 3,34
Clubes	78	Me 0,205	158	Me 5,476
Ag. Económicos	142	Me 8.206,6	194	Me 3.877,5

* Inclui o terminal de Cruzeiros de Matosinhos

TABELA 14 Tipo de Infra-estruturas existentes no Norte de Portugal

Infra-estruturas no Norte de Portugal	
<p>Nº infra-estruturas existentes = 66</p> <ul style="list-style-type: none"> > Oceânicas = 4 * (Marinas); > Rio Douro = 49 (5 Marinas + Ancoradouros / Cais); > Albufeiras = 4 (Ancoradouros / Cais); > Outros rios = 9 (Ancoradouros / Cais) 	<p>Capacidade de acolhimento Águas Interiores (lugares):</p> <ul style="list-style-type: none"> > Marinas Douro= 452; > Ancoradouros Douro= 492; > Outras Marinas= 160; > Outros Ancoradouros= 170 (no mínimo); > Previstas 5 novas infra-estruturas, com mais 500 lugares

TABELA 15 Capacidade de Acolhimento das Marinas Oceánicas da Região do Norte

Indicador	Dados
N.º Lug. Residentes	506
N.º Lug. Passantes	145
N.º Embarcações	2011
Volume de Negócios	Me 0,937

TABELA 16 Parque Náutico da Região do Norte

Infra-estruturas no Norte de Portugal
Nº de embarcações registadas = 10.504 (13.331 com motos de água);
Total nacional de embarcações registadas = 73.763 (80.449 com motos de água);
Parque Náutico Norte = 16,6% do universo nacional
Cartas Náuticas (fonte: IPTM):
Nº nacional de navegadores de recreio = 154.922;
Nº navegadores de recreio residentes no Norte = 24.620 (15,9%);
Nº médio de cartas náuticas emitidas a residentes Norte = 2.063 (últimos 3 anos)

TABELA 17 Número de Agentes Económicos por Sector de Actividade

Actividades	N.º Agentes Económicos por Sector de Actividade		
	Indústria	Comércio	Serviços
Pesca Desportiva	0	19	3
Construção e Reparação Naval	6	8	12
Remo	2	4	0
Actividades Subaquáticas	0	4	0
Kitesurf/Surf/Windsurf	0	3	3
Vela	0	3	0
Outras	5	8	15
TOTAL	13	49	33

TABELA 18 Federações da Região do Norte

Modalidade	N.º Atletas Norte	N.º Total Atletas	N.º Clubes Norte	N.º Total Clubes
Actividades Subaquáticas	1.200	3.000	22	97
Canoagem	915	1.985	24	126
Pesca Desportiva	1.078	3.227	96	300
Remo	690	1.443	15	59
Surf	168	1.686	22	157
Vela	231	2.420	16	110

Nota: Os dados apresentados na "Parte III Actividades – Náuticas" para a Região do Norte incluem Aveiro

Fonte: Os dados que constam na "Parte III Actividades – Náuticas" foram retirados de "Projecto Náutica – Náutica como factor de Desenvolvimento da Região Norte", cujo Promotor é Intercéltica – Ass. Cultural, Desportiva e Turística

PARTE IV – Actividade Portuária

TABELA 19 Evolução do número de Navios, por Porto

Porto	2005		2006		2007		Var. 2005-2006		Var. 2006-2007	
	N.º	Peso	N.º	Peso	N.º	Peso	Dif.	Peso	Dif.	Peso
APDL	2.739	26%	2.725	26%	2.739	26%	-14	-1%	14	1%
APA	1.057	10%	1.064	10%	977	9%	7	1%	-87	-9%
APL	3.351	32%	3.336	31%	3.281	31%	-15	0%	-55	-2%
APSS	1.508	14%	1.498	14%	1.446	14%	-10	-1%	-52	-4%
APS	1.192	11%	1.351	13%	1.445	14%	159	12%	114	8%
IPTM, IP	653	6%	657	6%	690	7%	4	1%	33	5%
TOTAL	10.500	100%	10.631	100%	10.598	100%	131	1%	-33	0%

TABELA 20 Movimento de Mercadorias segundo o tipo de carga nos principais portos de Portugal Continental (2007)

Portos Mercadorias	Porto Leixões e Douro			Porto de Aveiro			Porto de Lisboa				
	Jan./Dez.	Carga	Descarga	Total	Jan./Dez.	Carga	Descarga	Total	Jan./Dez.	Carga	Descarga
Carga Geral	276.614	463.500	740.114	602.988	797.405	1.400.393	211.999	277.436	489.435		
Fraccionada	1.853.614	1.681.489	3.535.006	35	5	40	2.860.191	1.642.730	4.502.921		
Contentorizada	18.964	4.042	23.006	0	0	0	0	4.883	4.883		
Ro-ro	2.149.095	2.149.031	4.298.126	603.023	797.410	1.400.433	3.072.190	1.925.049	4.997.239		
G. Sólidos	455.385	1.650.904	2.106.289	586.392	721.089	1.037.481	832.558	4.773.379	5.605.937		
G. Líquidos	1.463.359	6.179.263	7.642.622	176.034	388.057	564.091	192.741	1.153.458	1.346.199		
TOTAL	4.067.839	9.979.198	14.047.037	1.365.449	1.906.556	3.272.005	4.097.489	7.851.886	11.949.375		

Portos Mercadorias	Porto de Setúbal			Porto de Sines			TOTAL				
	Jan./Dez.	Carga	Descarga	Total	Jan./Dez.	Carga	Descarga	Total	Jan./Dez.	Carga	Descarga
Carga Geral	736.126	1.003.426	1.739.552	17.671	20.272	37.943	1.845.398	2.562.039	4.407.437		
Fraccionada	51.754	66.510	118.264	1.079.643	897.526	1.977.169	5.845.140	4.288.260	10.133.400		
Contentorizada	140.440	184.812	325.252	20	0	20	159.424	193.737	353.161		
Ro-ro	928.320	1.254.748	2.183.068	1.097.334	917.798	2.015.132	7.849.962	7.044.036	14.893.998		
G. Sólidos	2.213.893	1.481.815	3.695.708	162.692	4.799.376	4.962.068	4.250.920	13.426.563	17.677.483		
G. Líquidos	529	954.680	955.209	5.723.377	13.598.502	19.321.879	7.556.040	22.273.960	29.830.000		
TOTAL	3.142.742	3.691.243	6.833.985	6.983.403	19.315.676	26.299.079	19.656.922	42.744.559	62.401.481		

Unidades: Toneladas

Fonte: Administrações Portuárias

Dados retirados do site do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos

PARTE V – Construção e Reparação Naval

TABELA 21 Número de Pessoas ao Serviço nos Estabelecimentos, na Construção e Reparação Naval (2006)

NUTS II	3511 Construção e Reparação de Embarcações, excepto de Recreio e de Desporto		3512 Construção e Reparação de Embarcações de Recreio e de Desporto		351 Construção e Reparação Naval (Total)	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Norte	1.215	35%	475	63%	1.690	40%
Centro	412	12%	69	9%	481	11%
Lisboa	1.683	48%	111	15%	1.794	42%
Alentejo	1	0%	7	1%	8	0%
Algarve	112	3%	78	10%	190	4%
Continente	3.423	98%	740	98%	4.163	98%
PORTUGAL	3.484	100%	752	100%	4.236	100%

Fonte: Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

PARTE VI – Projectos Aprovados no domínio do Mar

TABELA 22 Projectos Aprovados – Programa Operacional PESCA (2000-2006)

Eixo Prioritário	NUTS II	Projectos Aprovados		Custo Total		Financiamento Comunitário	
		N.º	%	Montante	%	Montante	%
01 Ajustamento do Esforço Pesca	Norte	80	29%	7.230.056,61	23%	5.422.542,54	23%
	Centro	19	7%	12.999.102,37	40%	9.749.326,79	40%
	LVT	82	30%	3.391.513,10	11%	2.543.634,91	11%
	Alentejo	10	4%	1.183.168,65	4%	887.376,51	4%
	Algarve	81	30%	7.295.496,07	23%	5.471.622,14	23%
	Continente	272	100%	32.099.336,80	100%	24.074.502,89	100%
02 Renovação e Modernização da Frota	Norte	169	41%	54.240.317,07	43%	22.963.857,62	44%
	Centro	49	12%	33.770.310,35	27%	13.382.134,46	25%
	LVT	42	10%	4.932.721,37	4%	2.079.668,16	4%
	Alentejo	36	9%	10.660.635,39	8%	4.676.533,93	9%
	Algarve	112	27%	22.027.505,46	18%	9.413.143,99	18%
	Continente	408	100%	125.631.489,64	100%	52.515.338,16	100%
03 Protecção e Desenvolvimento dos R. Aquáticos, Aquicultura, Equip.	Norte	30	17%	19.552.654,35	18%	9.515.744,57	17%
	Centro	47	27%	31.466.324,09	29%	13.732.055,93	25%
	LVT	57	33%	39.148.633,56	36%	20.277.986,69	37%
	Alentejo	11	6%	3.892.476,45	4%	2.018.150,44	4%
	Algarve	30	17%	14.245.177,79	13%	9.012.877,26	17%
	Continente	175	100%	108.305.266,24	100%	54.556.814,89	100%
04 Outras Medidas	Norte	1693	50%	6.499.194,19	19%	4.696.859,64	19%
	Centro	441	13%	4.909.229,95	14%	3.642.668,52	14%
	LVT	601	18%	12.783.298,56	38%	9.541.982,13	38%
	Alentejo	17	1%	136.336,35	0%	102.252,26	0%
	Algarve	604	18%	9.620.138,78	28%	7.194.164,45	29%
	Continente	3356	100%	33.948.197,83	100%	25.177.927,00	100%
TOTAL NORTE		1792	47%	87.522.222,22	29%	42.599.004,37	27%
TOTAL CONTINENTE		4211	100%	299.984.290,51	100%	156.324.582,94	100%

TABELA 23 Projectos Aprovados – Programa Operacional POCI 2010

Executor	Designação do Projecto	Custo Total	Financiamento Comunitário
CIMAR (Centro de Investigação Marinha e Ambiental)	CIMAR – Laboratório Associado (Centro de Investigação Marinha e Ambiental)	1.837.218,00	918.609,00
	CONTROL – Métodos Efectivos para Monitorização da Contaminação Ambiental e Avaliação de Risco na Zona Costeira e em Estuários	199.519,16	149.639,37
	Ecotoxicologia de <i>Pseudonitzschia</i> spp. e avaliação do risco ecológico	77.072,00	50.096,80
	CHOLINEOMANIA – Que tipo de contaminação por metais é eficazmente detectada pela colinesterase do camarão marinho <i>Palaemon serratus</i> ?	71.308,00	46.350,20
	Mobicid – Programa Escolar de Monitorização de Biodiversidade Intertidal e Divulgação Científica	35.000,00	17.500,00
TOTAL	5 projectos	2.220.117,16	1.182.195,37
CIIMAR (Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental)	CIIMAR – Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental	2.077.218,14	1.350.191,79
	CIIMAR – Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental	1.089.810,28	632.089,96
	ECODOURO – Modelação do efeito da redução de caudal e de descargas intermitentes sobre a dinâmica e processos na albufeira de Crestuma	105.266,00	44.959,11
	Necessidades Nutricionais e Alimentação do Goraz (<i>Pagellus bogaraveo</i>), uma nova espécie para a Aquacultura	100.000,00	38.000,00
	VARIA-LESSONS – Variabilidade na tolerância de populações naturais de cladóceros aos poluentes. Implicações na avaliação de risco ecológico.	90.522,00	38.661,95
	MEdP – Procura de evidências de microevolução devida a poluição em populações de copepodes estuarinos	89.354,00	26.806,20
	Flutuabilidade e osmoregulação nos elasmobrânquios	88.280,00	57.382,00
	Corrente Costeira Noroeste Ibérica	80.000,00	34.168,00
	Elevação do teor em ácido linoleico conjugado dos peixes de cultivo por via alimentar: potencial benefício para a saúde humana	80.000,00	30.400,00

TABELA 23 Projectos Aprovados – Programa Operacional POCI 2010 (cont.)

Executor	Designação do Projecto	Custo Total	Financiamento Comunitário
CIIMAR (Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental)	Importância da interface superfície rochosa /coluna de água nos ciclos do carbono e azoto de um sistema estuarino eutrófico	75.000,00	32.032,50
	Efeitos da pressão hidrostática e de outros factores abióticos no crescimento do goraz (<i>Pagellus bogaraveo</i>)	73.800,00	47.970,00
	Migrações reprodutoras de Pleuronectiformes: aspectos fisiológicos	70.000,00	26.600,00
	Regulação estrutural e metabólica dos peroxissomas de peixes por compostos estrogénicos	69.000,00	29.469,90
	BIOTEST- Biotestes marinhos para a detecção em tempo real da toxicidade do petróleo	66.908,00	43.490,20
	Plasticidade osmoregulativa da enguia de vidro (<i>Anguilla anguilla</i>)	64.843,73	48.632,80
	EELEANORA - Impacto da exposição a poluentes no contributo de populações específicas de enguia para a renovação do stock europeu	64.375,00	27.494,56
	Caracterização filogenética do parasita <i>Perkinsus atlanticus</i> pelo número de cromossomas e identificação de genes conservados	60.000,00	25.626,00
	Riscos associados com a cianobacteria invasiva, <i>Cylindrospermopsis raciborskii</i> em águas doces portuguesas: efeitos sobre o biota aquático e identificação de novas toxinas	54.880,00	35.672,00
	Dinâmica populacional, distribuição geográfica e diversidade genética de espécies de macroalgas nos seus limites de distribuição sul.	54.000,00	35.100,00
	Variações em latitude na biologia de espécies-chave estuarinas como indicadores para a previsão de efeitos das alterações climáticas	50.000,00	32.500,00
	Biodiversidade e Toxicidade de Cianobacterias Marinhas	44.737,91	29.079,64
	Caracterização e Avaliação da Actividade Antitumoral de Compostos Bioactivos de Esponjas Marinhas	42.477,00	27.610,05
	Estudo do ciclo de vida do congro europeu (<i>Conger conger</i>) através da análise do DNA e da composição elementar e isotópica dos otólitos	34.572,00	22.471,80
Os mecanismos moleculares da diferenciação sexual em gastrópodes e o papel das hormonas esteróides	23.055,00	14.985,75	
TOTAL	24 Projectos	4.648.099,06	2.731.394,21

PARTE VII – Unidades de Investigação: CIMAR

N.º de Investigadores do CIMAR – Norte: 89

TABELA 24 Dados Gerais – CIMAR

	N.º	
	2005	2006
Livros (autores/editores)	7	8
Livros (capítulos)	14	7
Artigos publicados em Jornais Internacionais	193	271
Artigos publicados em Jornais Nacionais	2	3
Teses (PhD)	5	18
Teses (MSc)	16	14
Teses (Graduation)	23	15
Apresentações em Encontros/Eventos Internacionais	169	287
Apresentações em Encontros/Eventos Nacionais	34	94
Relatórios	18	14
Prémios e Menções Honrosas	2	7
Funcionários – CIMAR (*)	339	430
PhD olders	141	149

(*) Valores apresentados englobam funcionários do Porto e do Algarve
 Fonte: Dados retirados do site do CIMAR



- > Comissão Europeia, **Estratégia Marítima Europeia** (2008);
- > EMAM, **Estratégia Nacional para o Mar** (2007);
- > Associação das Indústrias Marítimas, **Os 20 anos da Indústria Naval em Portugal, Relatórios de Actividades** (2005-2007);
- > Célula de Prospectiva da CRPM, **Europe of the Sea – 1st volume – Strategic Evaluation of Maritime Activities** (2006);
- > Célula de Prospectiva da CRPM, **Europe of the Sea – 2nd volume – The European Maritime Policy, Guidelines and Recommendations** (2006);
- > CCDR-N, **Contributos para uma Estratégia de Cooperação Inter-regional Norte de Portugal – Galiza no domínio do Mar** (2006);
- > MOPTC, **Orientações Estratégicas para o sector Marítimo Portuário** (2006);
- > Célula de Prospectiva da CRPM, **Uma visão marítima europeia**, Conselho Científico da CRPM – Encontros do Porto (2005);
- > CCDR-N, **Programa Operacional Regional do Norte** (2006);
- > **Plano Estratégico da Pesca 2007-2013**;
- > **PROMAR 2007-2013**.





Acolhimento empresarial



Energia



Mobilidade



Ambiente



Indústrias criativas



Moda



Cidades e urbanismo



Inovação



Região digital



Desenvolvimento rural



Internacionalização



Saúde



Empregabilidade



Mar



Turismo

